



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

FABIANA SILVA LIMA

**DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS: UMA ANÁLISE DO SEU
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO.**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2012

FABIANA SILVA LIMA

**DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS: UMA ANÁLISE DO SEU
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2012

L698d

Lima, Fabiana Silva.

Distrito Industrial dos Imborés: uma análise do seu
processo de implantação / Juliana Pereira
Barbosa, 2012.

85f.

Orientador (a): Gildásio Santana Júnior.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) –
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória
da Conquista, 2012.

1. Industrialização – Vitória da Conquista (BA).
2. Desenvolvimento regional. I. Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia. II. Santana Júnior, Gildasio. III.T.

CDD: 338.098142

FABIANA SILVA LIMA

**DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS: UMA ANÁLISE DO SEU
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em 18/10/2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior
Orientador

Prof. Josias Alves de Jesus
Examinador

Prof. Ronan Soares dos Santos
Examinador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Deus Todo Poderoso, que até aqui me sustentou com sua graça, misericórdia e amor infinito. Meu Senhor, tudo que tenho e sou vem de Tuas mãos.

Em segundo lugar agradeço aos meus pais Erson e Linda, que mesmo com a pouca instrução me ensinaram valores preciosos para a vida e a nunca desistir. Em especial a minha mãe que sempre foi exemplo de luta, coragem e amor.

Agradeço de coração a meu esposo Adson que tanto me incentivou e acreditou em mim, que compreendeu e aceitou de forma paciente minha ausência e as noites em claro durante essa longa caminhada.

Agradeço as minhas irmãs Adriana e Thatiana pelo apoio e palavras de encorajamento. A meus sobrinhos Ícaro e Maria Eduarda que não paravam de me perguntar quando seria a formatura.

Aos meus tios Rose e Edvaldo meus agradecimentos por me sustentar em oração e palavras de ânimo, desde o vestibular.

Aos meus colegas do curso de economia, obrigada por caminharem junto comigo durante esse tempo, me ajudando tantas vezes nas minhas dificuldades, em especial a Antonio Paulo e Ícaro.

Agradeço todos os professores que contribuíram com a doação constante de seus conhecimentos em sala de aula.

Meus agradecimentos especiais ao Professor Gildásio, sem o qual esse trabalho não teria sido realizado, que na sua paciência infinita e generosidade admirável não desistiu de mim, emprestou preciosas horas do seu dia e seu conhecimento para que este trabalho fosse concluído. Muito obrigada Mestre!

Obrigada a todos os amigos e colegas de trabalho que torceram por mim nesse tempo e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse feito.

RESUMO

O trabalho investiga o processo de implantação do Distrito Industrial dos Imborés (DII) no município de Vitória da Conquista, na década de 1970. A pesquisa justifica-se pela importância da discussão sobre industrialização do interior da Bahia. Atualmente 61 empresas estão instaladas no local, correspondente a 23 setores industriais, gerando aproximadamente 4000 empregos; no que pese tais números, os objetivos do DII, ainda, não foram alcançados. Buscando compreender as causas do insucesso investiga-se o processo de implantação do Distrito Industrial dos Imborés, cotejando com as teorias de desenvolvimento regional da época. A hipótese adotada é que a implantação do DII não observou as condições exigidas na teoria dos polos de Perroux. O referencial teórico utilizado apoia-se nas formulações de Perroux, Myrdal e Hirschman. Diante da problemática, da hipótese e dos objetivos, os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados alcançados indicam que o DII não conseguiu promover as relações intersetoriais, e, principalmente, o aproveitamento dos recursos agropecuários e minerais regionais. Conclui-se que o fato do DII não ter cumprido seus objetivos se deve ao fato do não atendimento das premissas condicionantes da teoria dos polos e as recomendações do seu Plano Diretor.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Distrito Industrial, Indústria, Industrialização, Pólo de Crescimento.

ABSTRACT

The work investigates the process of implementation of the Industrial District of Imborés (IDI) in Vitória da Conquista, in the 1970s. The research is justified by the importance of industrialization discussion on the interior of Bahia. Currently 61 companies are installed on site, representing 23 industrial sectors, generating about 4,000 jobs, in spite of these numbers, the goals of IDI still not been achieved. Trying to understand the causes of failure investigates the process of implementation of the Industrial District of Imborés, indexing theories of regional development at the time. The hypothesis adopted is that the deployment of IDI has not observed the conditions in the theory of poles Perroux. The theoretical framework relies on formulations Perroux, Myrdal and Hirschman. Regarding the problem, hypothesis and objectives, the procedures used were: literature review and document analysis. The results indicate that IDI failed to promote intersectorial relations, and especially the exploitation of mineral resources and agricultural regions. We conclude that the fact of IDI has not met their goals is because of not meeting the assumptions of the theory of constraints poles and recommendations of the Director Plan.

Word Keys: Regional Development, Industrial District, Industry, Industrialization, Polar Region of Growth.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das Potencialidades da Região – 1978	55
---	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Imagem Aérea do Industrial dos Imborés - 1975	56
Foto 2 – Instalações da LAVISA – 1978.....	57
Foto 3 – Inauguração da LAVISA – 1978.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Hierarquização dos Municípios da Bahia – 1970.....	33
Tabela 2 – Previsão de Demanda e Satisfação dos Serviços Telefônicos das Principais Cidades da Bahia - 1968-1988.....	37
Tabela 3- População Urbana, Rural e Total das Microrregiões - 1950-1970.....	40
Tabela 4 - Hierarquização das Áreas Alternativas para Implantação do DII	43
Tabela 5 - Distribuição das Áreas no Distrito Industrial dos Imborés	44
Tabela 6 - Implantação e Expansão do DII	46
Tabela 7 - Percentual de Ocupação por Etapa do DII	46
Tabela 8 - Aportes e Dispêndios de Recursos para o DII.....	48
Tabela 9 - Programação de Desembolso Financeiro do DII.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEDIN – Centro de Desenvolvimento Industrial
CIA – Centro Industrial de Aratu
CPE – Comissão de Planejamento Econômico
COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari
DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
DIC – Departamento de Indústria e Comércio
DI – Distrito Industrial
DII – Distrito Industrial dos Imborés
FUNDAGRO – Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial
GTDN – Grupo Técnico de Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
PDDI – Plano Diretor dos Distritos Industriais
PDDII – Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés
PLANDEB – Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia
RMS – Região Metropolitana de Salvador
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SIC – Secretaria da Indústria e Comércio
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
VAB – Valor Agregado Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	15
1.1. Desenvolvimento: Conceito ao longo do Tempo.....	15
1.2. Teoria Clássica De Localização (Thünen, Alfred Weber, Walter Cristaller, August Lösch e Walter Isard).....	17
1.2.1. Os Precursores e os Clássicos.....	17
1.2.2. Von Thünen e a Concorrência pelo Uso da Terra.....	18
1.2.3. Alfred Weber e a Localização Ótima da Indústria.....	19
1.2.4. Christaller e a Teoria do Lugar Central.....	19
1.2.5. Lösch e a Rede de Mercado.....	20
1.3. Ênfase nos Fatores de Aglomeração (Marshall, Perroux, Myrdal, Hirschman) ..	20
1.3.1. Marshall e a economia externa.....	20
1.3.2. Teoria dos polos de crescimento.....	21
1.3.3. Myrdal e Causação Circular e Acumulativa.....	23
1.3.4. Hirschman e os Efeitos Para Frente e Para Trás.....	24
2. A INDÚSTRIA NA BAHIA DA DÉCADA DE 1940 A DÉCADA DE 1980.....	25
2.1. A situação Industrial da Bahia - anos 1940 a 1950.....	25
2.2. Conceito de Distrito Industrial na Bahia.....	26
2.3. O Surgimento dos Distritos Industriais no Interior.....	31
3. A IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS.....	35
3.1 Características do Município de Vitória da Conquista na Época dos Estudos para Implantação do Distrito Industrial.....	35
3.2 Área de influência da cidade de Vitória da Conquista no início da década de 1970.....	38
3.3. Aspectos Locacionais de Planejamento: Seleção das Áreas Internas do Município....	41
3.3.1 Planejamento Físico.....	43
3.3.2 Planejamento Financeiro e Incentivos.....	47
3.3.3. Estrutura Administrativa Planejada.....	50
3.4 - Oportunidades de investimento.....	50

3.4.1 Relações Agropecuárias	51
3.4.2 Relações Minério/indústria.....	54
3.5 O Distrito Industrial dos Imborés foi inaugurado em 1975.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS: TEORIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO VERSOS PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS	58
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	69
APÊNDICES	83

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é de investigar o processo de implantação do Distrito Industrial dos Imborés no município de Vitória da Conquista, no início da década de 1970. A proposta de implantação dos Distritos Industriais no interior baiano visava a interiorização da industrialização do Estado da Bahia como meio de alcançar melhores patamares de bem estar. Nesse sentido foram contemplados com a implantação de Distritos Industriais os municípios de Ilhéus, Vitória da Conquista, Jequié e Juazeiro.

Vários autores discutiram sobre a industrialização da Bahia (DARZÉ FILHO, 2002; PESSOTTI 2008; TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo 2000 etc.), destacando-se Noelio Dantaslé Spinola, que em seu trabalho “Política de Localização industrial e Desenvolvimento Regional: a experiência da Bahia” (2003) abordou de forma mais detalhada a questão dos distritos industriais enquanto fomento do desenvolvimento regional e faz uma leitura do processo de implantação e da situação atual dos centros e distritos industriais no interior do Estado. Como sua abordagem é abrangente, o texto deixou de abordar particularidades de cada situação. Dessa forma, a investigação efetuada aqui busca verticalizar análise sobre o distrito industrial de Vitória da Conquista, explorando detalhes e nuances do empreendimento.

Este trabalho justifica-se pela importância da discussão sobre o desenvolvimento regional e da industrialização do interior da Bahia. Tais temáticas continuam sendo atuais e relevantes. Neste sentido, investigar as ações de implantação do Distrito Industrial dos Imborés é importante por permitir identificar os acertos e erros cometidos em sua implantação. Para tanto o conhecimento adquirido ao longo do curso acadêmico nas diversas disciplinas que abordaram o assunto em questão, permite o domínio da discussão.

Em Vitória da Conquista, como nas demais localidades, o Distrito Industrial dos Imborés (DII) foi criado com objetivo de promover a dinamização da economia da região por meio da criação de emprego e renda, aproveitamento da produção agropecuária e mineral local, visando ainda a organização da ocupação do solo e melhor urbanização da cidade e a integração da atividade da região com os polos centrais do Estado (Bahia, 1973).

Transcorrido quase quatro décadas de sua implantação, o DII não conseguiu atingir os resultados almejados quando da sua implantação. Apesar das 61 empresas instaladas no local, correspondente a 23 setores industriais e dos aproximadamente 4000 empregos

gerados¹, os objetivos quanto a promoção da dinamização da economia local pela industrialização não aconteceu, o aproveitamento da produção agropecuária e mineral regional não se cumpriu efetivamente e a criação de emprego industrial foi insignificante para o município.

Tais problemas são decorrentes de questões estruturais, da política industrial, da política macroeconômica. Mas será que tais problemas também não seriam decorrentes da forma como ocorreu a implantação do projeto? Considerando esse viés, o nosso estudo se dedica a investigar o processo de implantação do Distrito Industrial dos Imborés em Vitória da Conquista. Especificamente busca investigar o processo de industrialização da Bahia pós 1940. Este trabalho tem como objetivo analisar como se deu a implantação do Distrito Industrial dos Imborés tendo como base os parâmetros teóricos no qual o projeto foi pensado e se foram atendidos esses parâmetros de forma a permitir que o empreendimento atingisse seus objetivos iniciais.

A hipótese de trabalho adotada é de que a implantação do Distrito Industrial dos Imborés não observou as condições exigidas na teoria adotada, a teoria dos polos de Perroux.

O referencial teórico utilizado se apoia nas formulações de Perroux, Myrdal e Hirschman. Perroux apresenta a teoria dos polos, descrevendo polo como um complexo industrial, onde exista interdependência de atividades e uma indústria motriz capaz de promover dinamização da atividade no local em que se encontra instalada. Myrdal observou a existência de um círculo virtuoso de enriquecimento, e um círculo vicioso de empobrecimento, e que as desigualdades poderiam ser agravadas ainda mais pelos mecanismos de livre mercado. Hirschman apresenta em sua teoria a noção das *linkages* para trás e para frente, capazes de promover a plena interligação entre os setores da economia. Estas teorias foram utilizadas na elaboração da política de desenvolvimento regional no Brasil nas décadas de 1960 até 1970, e nesse pensamento é que foi concebido o Distrito Industrial dos Imborés.

Diante da proposta de investigação do trabalho, optou-se pela análise exploratória em busca de melhor compreender o objeto pesquisado. Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos: revisão bibliográfica, análise documental, estudo de caso e análise comparativa.

A revisão bibliográfica tratou de reconhecer a abordagem do tema estudado, no tocante da teoria e da história do desenvolvimento e da concentração industrial. A análise

¹ Dados fornecidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Indústria e Comércio - Sudic, 2011

documental coube o exame ao Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés, consulta a sítios Governamentais, Relatório anual da Embasa e Relatórios da Superintendência de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (Sudic).

Embora não tenha sido aplicado questionário, o método utilizado na pesquisa foi o estudo de caso, com a observação direta do objeto de pesquisa, realizando entrevista com o dirigente da Sudic. As visitas ao Distrito Industrial dos Imborés tiveram como objetivo conhecer as condições atuais do local e conversar com os empresários locais a fim de conseguir informações sobre a real situação das indústrias que se encontram instaladas, grau de satisfação e principais queixas. A entrevista com os dirigentes da Sudic teve como objetivo levantar informações capazes definir o perfil industrial do DII, como número de empresas instaladas, ramo de atividade, número de empregados e tamanho da área ocupada.

Com base nas informações obtidas foi possível verificar o resultado da implantação do DII para a cidade de Vitória da Conquista, considerando sua relevância para toda a região.

Para resolução da problemática e alcançar os objetivos da pesquisa, além desta introdução, o trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo são abordadas as teorias de desenvolvimento regional que serviram de parâmetro para a industrialização da Bahia, por consequência a implantação do DII. No segundo capítulo faremos uma breve exploração sobre o processo histórico da industrialização da Bahia a partir da década de 1940 até a implantação dos Distritos Industriais no Interior. O terceiro capítulo traz o processo de implantação do Distrito Industrial dos Imborés, os critérios de eleição dos municípios a receberem os DI, os estudos feitos sobre as condições socioeconômicas da região, dados populacionais, potencialidades, a escolha da área de instalação do distrito a seu planejamento físico e econômico. No quarto capítulo faremos uma análise comparativa entre o que preconiza a teoria e o que foi sintetizado na implantação do Distrito Industrial dos Imborés, com objetivo de analisar se o Distrito foi implantado obedecendo aos preceitos da teoria e se isso influenciou nos resultados obtidos com sua implantação. Por fim, tecemos as nossas considerações finais.

1. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo trataremos sobre as teorias do desenvolvimento regional na tentativa de encontrar opções que nos esclareçam de que forma se ocorreu o processo de implantação do Distrito Industrial dos Imborés no município de Vitória da Conquista.

Neste objetivo, faremos uma breve explanação sobre desenvolvimento e o pensamento de alguns teóricos precursores e clássicos. Logo em seguida, examinaremos teorias clássicas da localização e teorias de desenvolvimento.

1.1. Desenvolvimento: Conceito ao Longo do tempo.

Embora não se tenha uma definição unânime de “desenvolvimento”, pode-se constatar que, no geral, quando aplicado a uma nação, o termo se refere às riquezas acumuladas pelo país e pelos indivíduos que o compõe, que deve se refletir em infraestrutura, educação, igualdade social e justiça que se estendam para a toda a sociedade.

Mesmo não utilizando o termo desenvolvimento, a busca dos povos pela riqueza e poder é intrínseca a história da humanidade. A busca por crescimento econômico negligenciava a melhoria de condições de vida da população como um todo. Essa ideia se fortaleceu nos séculos XVI e XVII com o Mercantilismo, que objetivava o acúmulo de metais preciosos, que embora não satisfizesse as necessidades básicas da população, atendia aos interesses da nação: navios equipados, fortalecimento militar (FONSECA, 2006).

No século XVIII surgiram, em oposição ao pensamento mercantilista, duas correntes de pensamento: a escola fisiocrática na França e a clássica na Inglaterra que propunham tratar do crescimento e distribuição. Enquanto os fisiocratas defendiam que só a terra era capaz de produzir riqueza, Adam Smith atribuiu a geração de riqueza ao trabalho de cada indivíduo, que na busca de seus próprios interesses acabam, por consequência, gerando o bem-estar coletivo. Para Smith, a expansão do mercado e a divisão do trabalho aumentaria a taxa de lucro que se transformaria em poupança e investimento, fazendo a economia expandir, evitando o estado estacionário (SOUZA, 1993).

Os pensadores neoclássicos fizeram uma releitura das ideias da escola clássica e defenderam a ideia de que a remuneração dos fatores de produção acontecia de acordo com sua produtividade marginal respectiva, dessa forma haveria pleno emprego dos fatores e equidade na distribuição da remuneração. Segundo os neoclássicos, não haveria conflito

distributivo entre os agentes econômicos, pois a eficiência de alocação trataria de exercer a justiça distributiva (SOUZA, 1993a).

Um dos neoclássicos de maior destaque foi Alfred Marshall (1842-1924), ele enfatizou em sua obra a organização industrial e a divisão do trabalho, que segundo ele geraria economias de escala. O termo economias externas, criado por ele, são consequência de investimentos em infraestrutura que promove a aglomeração de indústrias em um mesmo local, atraídas pela interdependência tecnológica, a facilidade de aquisição de insumos que reduz os gastos com transporte, a formação de mão-de-obra especializada, a facilidade disseminação de ideias entre o empresariado local e a melhoria de infraestrutura proporcionada pelo Estado ou particulares que beneficiam todas as empresas no local (SOUZA, 1993a).

Souza (1993b) sintetiza a postura dos neoclássicos da seguinte forma: o modelo admite uma economia competitiva sem avanços técnicos, em que o equilíbrio dinâmico consiste numa taxa de crescimento do produto igual taxa de acumulação e a taxa de crescimento demográfico, os preços relativos são constantes e a economia do período seguinte é idêntica a do anterior multiplicada por um fator também constante, logo:

$$Y_2 = k Y_1 = k f(K_1, L_1) = f(kK_1, kL_1)$$

O modelo apresenta os rendimentos constantes a escala, ausência de mudanças tecnológicas e preços relativos inalterados com relação ao crescimento econômico. Segundo Souza (1993b), os investimentos poderiam se deslocar facilmente de um ponto para outro sem prejuízos, promovendo o equilíbrio de toda a economia.

Após a crise de 1929, as ideias neoclássicas começaram a ser questionada quanto a várias suposições que as revelaram irrealistas, segundo Souza (1993a). A crise de 1929 aconteceu pela superprodução sem demanda equivalente, o que colocou em evidencia a fragilidade da Lei de Say, que consistia em considerar que toda oferta cria sua própria demanda. De acordo com Souza (1993a), Thomas Malthus (1766-1834) foi o primeiro a discordar da sua validade, depois Keynes (1883-1946) e Kalecki (1899-1970) também a refutariam.

As várias teorias tentaram explicar o processo do crescimento e desenvolvimento, porém o que se pode ver depois da crise de 1929, que ele não acontece ao mesmo tempo em todas as regiões. Fica evidente também que é imprescindível o papel do Estado na promoção do crescimento das regiões. A partir daí começaram a se desenvolver estudos na tentativa de levar o crescimento às regiões induzido pelo Estado.

1.2. Teoria Clássica De Localização (Thünen, Alfred Weber, Walter Cristaller, August Lösch e Walter Isard).

Embora a teoria de localização apenas tenha sido levada em consideração após a crise de 1929, séculos antes a questão já era tema de estudo de alguns teóricos.

As teorias clássicas de localização ocuparam-se de discutir a localização das atividades econômicas. Do ponto de vista da empresa, a questão é onde produzir com máxima eficiência.

Os principais pensadores dessa corrente foram Von Thünen, Alfred Weber, August Lösch e Walter Isard.

Antes de começar a tratar das ideias de cada teórico, faremos uma breve excursão aos precursores das ideias econômicas e dos teóricos clássicos que fizeram alusão, ainda que despreziosamente, a localização da produção.

1.2.1. Os Precursores e os Clássicos

Embora a teoria clássica não tenha dado devida atenção ao elemento espaço, algumas referências, ainda que insipientes, podem ser vistas em trabalhos da época do mercantilismo. O modelo mercantilista, baseado na acumulação de riqueza, forçava a busca por novos mercados o que implicava em adotar a distância e a circulação de bens e serviços entre dois espaços (metrópole – colônia).

De acordo com Souza (2006), um século antes de Smith e precursor da escola clássica, o inglês William Petty (1623-1687) defendia a divisão do trabalho como gerador de riqueza, para tanto, se fazia necessária o desenvolvimento de grandes cidades e o crescimento demográfico, como consequência a aconteceria expansão do mercado e a facilidade de divisão do trabalho.

O trabalho do francês Richard Cantillon (1680-1734) consiste na articulação entre as cidades e o campo. Para ele, a organização espacial aconteceria de forma hierarquizada com os centros urbanos e suas áreas de influência, partindo dos centros maiores (metrópoles regionais) para áreas de tamanho médio e pequeno. Os fluxos de bens e serviços também aconteceria de forma hierarquizada tanto na ordem ascendente (campo-aldeia-cidade-metropole) como na ordem descendente (metrópole-cidade-aldeia-campo) e a riqueza de uma cidade consistia na potencia do seu interior como terras férteis, recursos naturais, rios

navegáveis, infraestrutura básica, facilidade de circulação de bens e serviços no território (SOUZA, 2006).

Smith enfatizou o fator espaço ao afirmar que a extensão dos mercados promovem a maior divisão do trabalho e que as atividades econômicas se concentram em função da localização da mão de obra e dos consumidores. Smith atribuiu o surgimento das cidades a localização de grandes rios navegáveis e onde a agricultura se desenvolveria com mais eficiência, além de proporcionar maior facilidade de circulação dos bens produzidos entre os mercados.

Já Ricardo, referiu-se ao elemento espaço indiretamente, quando analisou a renda da terra e afirmou que primeiro ocorreria a ocupação das melhores terras, depois a ocupação das terras menos férteis. Segundo Souza (2006), ao apresentar a teoria das vantagens comparativas, Ricardo negligenciou o fator distância e reduziu as diferentes nações a pontos, pois não levou em consideração a distância a ser percorrida para transferência dos produtos entre os países envolvidos no comércio internacional.

Até então, para os clássicos a localização e a variação dos salários influenciavam a localização ótima das empresas. Em 1848, Stuart Mill reconheceu que os custos totais de produção deveriam conter os custos com transporte, que variam a depender da distância dos mercados (SOUZA, 2006).

1.2.2. Von Thünen e a Concorrência pelo Uso da Terra

De acordo com Souza (2006), Johann Heinrich Von Thünen (1783-1850) foi um dos principais teóricos na formulação das ideias da economia regional.

Segundo Souza (2006), Thünen foi pioneiro na utilização do conceito de custo de oportunidade, que consiste na ideia de que receita do produto cultivado no local deve ser a maior do que qualquer outro cultivado no mesmo local e deve cobrir os custos de produção e transporte até o mercado. Nas terras mais próximas ao mercado consumidor devem ser cultivados produtos com maiores custos de transporte, enquanto que para as terras mais distantes devem ser reservados produtos com custos menores de transportes (SOUZA, 2006).

Em sua teoria, todas as terras possuem o mesmo grau de fertilidade e a mão de obra possui a mesma especialização e custo. A teoria de Thünen permite a decisão do que produzir num determinado local para que a margem de lucro seja a maior possível.

Segundo Souza (2006), as críticas a cerca da teoria de Von Thünen são de que seu modelo é estático e não considera efeitos de mudanças tecnológicas nos custos de produção e

de transporte. E também não leva em conta que o surgimento de novos centros de consumo e de produção e economias de escala e economias de aglomeração, possam alterar as estruturas das áreas de mercado.

1.2.3. Alfred Weber e a Localização Ótima da Indústria

Alfred Weber em sua teoria de localização das empresas industriais classificou os custos com transporte, com trabalho e a renda da terra como fatores gerais da localização por afetarem todas as empresas. Considerou também a existência de fatores específicos, como matéria-prima perecível, umidade do ar, entre outros.

A teoria weberiana defende que as empresas buscarão se localizar onde houver minimização dos custos de produção, seja por menores custos de mão-de-obra, ou por maior oferta de matéria-prima, ou mesmo ganho de aglomeração ou desaglomeração. Enfim, a localização ótima ocorrerá onde o fator de maior custo no processo produtivo apresentar menor custo e resultar em maior lucro (SOUZA, 2006).

Porém, a teoria de Weber apresentava limitações e não levava em consideração a concorrência. A entrada de novas empresas no mercado poderia trazer mudanças em toda estrutura de custos da produção, o que afetaria a localização ótima.

1.2.4. Christaller e a Teoria do Lugar Central

Em 1933, Walter Christaller (1893-1969) ocupou-se de compreender a ordem das relações de comércio e prestação de serviços existentes entre os centros urbanos de diferentes tamanhos e suas áreas de influência (área rural).

Segundo Souza (2006), para Christaller o papel de um centro urbano é servir de lugar central que forneça bens e serviços para seu entorno.

Christaller classificou hierarquicamente os lugares centrais de acordo com tamanho de cada local. Ele destaca que os centros de classificação mais baixa atendem aos bens e serviços mais essenciais demandados pela população rural, enquanto que os de classificação mais elevados tendem a oferecer bens e serviços mais complexos. Nesse sentido, estabelece o conceito de limiar (nível mínimo de demanda para determinar a produção de um bem ou serviço), o que permite obter rendimentos crescentes. Este conceito determina o quanto os indivíduos estarão dispostos a se deslocar para adquirir um bem ou serviço (CAVALCANTE, 2004).

1.2.5. Lösch e a Rede de Mercado

Seguindo o pensamento de Christaller, August Lösch (1906-1945) determinou que o produto de uma empresa tem alcance de mercado consumidor limitado pelo custo de produção e transporte, desde a porta da fábrica até o mercado. Nesse sentido, o que determinaria a localização da empresa seria a área de mercado (SOUZA, 2006).

De acordo com Souza (2006), o conceito de limiar é aplicado para determinar o mínimo e o máximo de produção, quantidades que minimizem os custos de transporte.

Souza (2006) salientou a aplicação, no trabalho de Lösch, da hierarquização de áreas de mercado, uma vez que as empresas tenderiam a se localizar onde se concentrasse a maior quantidade de consumidores, se estendendo a localidades menores e mais próximas, constituindo assim uma região econômica. Ele considerou que a concorrência de mercado é benéfica, pois a entrada de uma nova empresa sobrepõe às áreas de mercado de determinadas firmas, proporcionando redução da distância, conseqüentemente dos custos com transporte. Diante do exposto, o principal fator de influência da localização da firma é o mercado (SOUZA, 2006).

O americano Walter Isard completa o elenco de teóricos que se destacaram nas ideias de localização. Isard apresentou a reunião das ideias de Thünen, Weber e Löcher, simplificando os termos de cada uma para uma teoria geral (SPINOLA, 2003).

As teorias da localização nos propõe analisar a localização das firmas a partir dos custos de transporte, proximidade dos mercados consumidores, custo com a mão de obra e áreas de influência das cidades.

A partir da segunda metade do século XX, começam a aparecer teoria que se propuseram a estudar o desenvolvimento regional a partir das aglomerações industriais. A respeito delas trataremos no próximo tópico.

1.3. Ênfase nos Fatores de Aglomeração (Marshall, Perroux, Myrdal, Hirschman).

1.3.1. Marshall e a economia externa

Alfred Marshall (1842-1924) em seus estudos destacou a aglomeração como um dos fatores determinantes para a localização das empresas (SOUZA, 2006).

De acordo com Souza (2006), a obra de Marshall apresentou o termo “economias externas” para denominar os benefícios obtidos a partir da concentração da atividade

econômica em alguns centros, tais como a difusão do conhecimento técnico, a concentração de mão de obra especializada e acesso aos mercados que oferecem vantagens. As economias externas independem da ação das empresas e surgem fora das empresas.

Para Marshall, assim como as “economias externas” teriam poder de influência quanto a localização das empresas, as “deseconomias externas” (consequência da aglomeração nos grandes centros que causam aumento nos custos de produção) também poderiam representar fator determinante para sua localização. Melhorias na infraestrutura de regiões e novas tecnologias também seriam capazes de mudar os modelos de localização e distribuição geográfica das atividades econômicas (SOUZA, 2006).

1.3.2. Teoria dos polos de crescimento

Ao observar que o crescimento não se distribuía de forma igual entre setores e regiões em todos os locais do território num mesmo tempo, François Perroux (1903-1987) ocupou-se de estudar a razão pela qual, determinadas regiões e indústrias cresciam mais do que outras. Para tanto, desenvolveu a teoria dos polos de crescimento ou crescimento polarizado que desencadeia o crescimento ou desenvolvimento através de uma indústria motriz ou indústria chave de numa determinada região para pontos no seu entorno (SOUZA, 1993b).

De acordo com Souza (1993b) o que caracteriza um polo de crescimento é: a existência de um complexo industrial, onde se verifique interdependência de atividades e uma indústria motriz, pelo menos. A existência de uma indústria motriz apresenta-se como fator condicionante para a caracterização de um espaço como polo de crescimento.

A indústria motriz tem o papel de promover a difusão setorial e territorial dos efeitos de encadeamento das atividades dentro ou fora da região. Para ser definida como tal, precisa ter capacidade industrial de modificar as estruturas sociais e econômicas do local onde está instalada, dando sua contribuição no processo de desenvolvimento econômico (SOUZA, 2006).

As principais características da empresa motriz são: apresentar crescimento a taxa superior a média nacional; promover inúmeras ligações através das compras e vendas de insumo e produtos e apresentar-se como uma atividade inovadora (SOUZA, 1993b, p.33).

Souza (1993b) chama a atenção para o fato de que a importância da indústria motriz vai além do seu poder de promover interligações na atividade econômica, a sua ação promove efeitos sobre o meio onde está instalada. Esses efeitos podem ser sentidos tanto na sua

participação do produto global, como pelo produto adicional gerado na economia (polarização técnica), ou pela expansão da renda e emprego (polarização pelas rendas), ou mesmo induzindo indiretamente na promoção de um ambiente propício a novos empreendimentos no local (polarização psicológica ou geográfica).

De acordo com Spinola (2003), a ideia de polo, para Perroux, pressupõe a existência concentrada dos geradores de crescimento em que existe uma dinâmica econômica. A essa dinâmica se atribui a existência de fortes conexões promovidas graças ao dinamismo de uma indústria principal, chamada também de motriz. Spinola (2003) enfatiza a importante diferença entre indústria motriz e indústria chave. A primeira produz bens intermediários necessários à produção de bens finais de outras empresas, ela é capaz de induzir o dinamismo dessas empresas através da transmissão de ondas contínuas de inovações. A segunda utiliza grande quantidade de insumos produzidos pelas outras empresas que se expandem pela demanda da indústria chave sem, no entanto, promover as *linkages* promotoras de dinamismo econômico. Segundo Spinola, a criação de um polo está condicionada, na concepção de Perroux, ao fato da indústria-chave ser simultaneamente uma indústria-motriz.

A ideia de polarização é que exista uma hierarquia entre os polos, em que os polos centrais recebem a aglomeração industrial com economias externas que promovem encadeamento de crescimento para as regiões vizinhas, polos de menor magnitude, promovendo assim um crescimento para toda região de influência do polo (interior). Para que haja a difusão desse encadeamento é necessária a existência de canais que proporcionem esses fluxos em cadeia (meios de transporte, comunicação, infraestrutura), na ausência de tais canais a difusão não se realiza no local e ocorre a evasão dos efeitos para outras regiões (SOUZA, 2006).

Na observação de Spinola (2003) é imprescindível compreender a diferença entre polo de crescimento e polo de desenvolvimento, já que a aplicação da teoria num contexto inadequado compromete o seu resultado. Segundo o qual, na teoria de crescimento econômico tem-se a necessidade de entender e controlar os ciclos econômicos, enquanto que na de desenvolvimento, além da necessidade de entender, é preciso modificar os gargalhos que impedem o crescimento, alterando assim também os efeitos nocivos, em outras palavras: é necessário criar uma estrutura econômica nova.

(...) a problemática dos polos de crescimento é necessariamente diferente da dos polos de desenvolvimento. E quem diz problemática diz, no caso, obstáculos, resistências, atores, capacidade empresarial, formas de acumulação, condições de mercado, qualificação de mão de obra, etc. (SPINOLA, 2003, p. 39).

Nesse sentido, Spinola (2003) chamou atenção para o fato de que, não é apenas a realidade de cada caso que é diferente, mas o modo de intervenção será diferente em cada caso e os resultados apresentados também serão diferentes.

Ainda ressaltando a diferença entre polo de crescimento e polo de desenvolvimento, Souza (1993b) também afirmou que a determinação entre um e outro vai depender das transformações provocadas pelos efeitos da ação do polo na economia. Segundo ele, o polo de desenvolvimento, além de ter as mesmas características de um polo de crescimento, provoca mudanças estruturais no local de sua instalação, com isso, evita ao máximo a fuga dos efeitos de encadeamento para outras regiões. No caso do polo de desenvolvimentos não conseguir evitar a evasão dos efeitos de encadeamento, o polo deixa de ser polo de desenvolvimento local, mas continua sendo um polo de desenvolvimento nacional.

Para a teoria dos polos de crescimento, o fator determinante na localização das empresas são as economias de aglomeração obtidas nos polos urbanos e industriais, que resultam das interdependências das indústrias motrizes com as indústrias satélites e das economias externas obtidas pelas aglomerações urbanas.

1.3.3. Myrdal e Causação Circular e Acumulativa

Gunnar Myrdal (1898-1987) tratou de estudar as causas das desigualdades regionais e a razão pela qual essas desigualdades tendem a aumentar (SOUZA, 1993b).

Myrdal observou a existência de um círculo virtuoso, que torna o rico ainda mais rico e um círculo vicioso, que torna pobres ainda mais pobres e afirmou que tendência do sistema é afastar-se do equilíbrio. Souza (1993b) exemplificou o modelo de Myrdal, usando o caso do baixo nível de escolaridade que provoca baixa remuneração e compromete a saúde, por conseguinte, a tendência é que a educação se debilite ainda mais. Nesse sentido, os mecanismos de livre mercado agravariam ainda mais as desigualdades, o processo acumulativo deveria ser controlado para evitar a crescente desigualdade e caberia ao Estado controlar as forças de mercado que promovem tais desigualdades. (LOPES, 2003).

A troca desigual entre regiões ou nações resulta no desenvolvimento daquela que tiver o produto com maior valor agregado em detrimento daquela que produz bens primários com menor valor de troca. Essa nação estaria fadada ao círculo vicioso do empobrecimento. É destacado ainda, que o desenvolvimento das regiões centrais tende, no longo prazo, a atrair os fatores de produção (mão-de-obra, infraestrutura e investimentos) das regiões periféricas para

as centrais, concentrando o desenvolvimento e o impedindo nas demais regiões, o que promove o empobrecimento dessas regiões em geral (SOUZA, 2006).

1.3.4. Hirschman e os Efeitos Para Frente e Para Trás

Albert O. Hirschman apresentou em sua teoria a noção das *linkages* para trás e para frente, capazes de promover uma plena interligação entre os setores da economia. Defendeu ainda, que as iniciativas pública e privada deveria promover o desenvolvimento das atividades ou setores que apresentasse maior número possível de conexões (PESSOTI, 2008).

O sistema teórico de Hirschman baseou-se no esquema *input-output*, ou seja, os efeitos para trás representam a capacidade de um setor ou indústria em influenciar a oferta dos insumos demandados em seu processo produtivo. Os efeitos para frente são o poder da indústria em influenciar demanda dos bens por ela produzidos para ser usado como insumo de outras empresas. Nesses termos, atividades bem conectadas, estimuladas e estrategicamente localizadas, seriam capazes de criar demandas de inúmeras outras atividades, promovendo o crescimento e reduzindo as desigualdades existentes (PESSOTI, 2008).

Na visão de Hirschman é essencial a junção das ações empreendedoras com o planejamento do desenvolvimento, principalmente os incentivos vindos do Estado, na promoção do crescimento econômico.

O enfoque nos fatores de aglomeração das teorias econômicas de desenvolvimento regional nos oferece as ferramentas de encadeamento das atividades produtivas, interligação entre a indústria motriz e as demais empresas. Essas ferramentas serão aqui utilizadas para apoiar o estudo proposto.

2. A INDÚSTRIA NA BAHIA DA DÉCADA DE 1940 A DÉCADA DE 1980.

Neste capítulo faremos uma revisão bibliográfica sobre a industrialização na Bahia desde a década de 1940 até a final da década de 1980, no intuito de contextualizar a implantação dos distritos industriais no interior do Estado.

2.1. A situação Industrial da Bahia - anos 1940 a 1950.

Nos anos 1940 a 1950 a estrutura produtiva da Bahia via-se apoiada fundamentalmente no setor primário exportador. De acordo com Teixeira e Guerra (2000), a crise enfrentada pelo setor açucareiro, em que a concorrência no mercado internacional derrubou os preços, transformou o cacau no principal produto e grande gerador de divisas. O setor cacauzeiro, por sua vez, intensivo em mão-de-obra desqualificada e gerador de produto de baixo valor agregado era incapaz dinamizar a economia local. Com a incapacidade de acumulação de excedente e tantos outros fatores, a Bahia se distanciava dos Estados do chamado eixo Centro-Sul, no processo de industrialização.

Vários autores da época tentaram explicar o Estado de estagnação vivido pela Bahia, a não industrialização do Estado. Pinto de Aguiar (1977) chamou de “enigma baiano”, enquanto Dias Tavares (1966) intitulou de “involução industrial da Bahia” (TEIXEIRA, GUERRA, 2000).

Os problemas de infraestrutura foram apontados como principais contribuições para o agravamento dos problemas na economia baiana. Além de poucas, as estradas que davam acesso às cidades interioranas encontravam-se em péssimo Estado, impedindo a integração de mercados surgidos do crescimento populacional do interior do Estado.

Segundo Teixeira e Guerra (2000), na tentativa de promover o processo de industrialização da Bahia, reverter o quadro de estagnação econômico e de pobreza em que vivia boa parte da população, em 1955, o governo do Estado iniciou o planejamento que resultou na criação de um sistema estadual de planejamento formado pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e pelo Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (FUNDAGRO), criado em 1956. E, já no governo de Juracy Magalhães, em 1959, foi editado o primeiro Plano Estadual de Desenvolvimento, o PLANDEB, em que os projetos desenvolvidos contaram com grande participação do governo do Estado, tanto no investimento direto como em financiamentos.

O planejamento industrial da Bahia se deu pelas diretrizes do Plandeb, orientado a partir das diretrizes do planejamento federal. O planejamento previa a interiorização da industrialização no Estado e a implantação de complexos para produção de intermediários petroquímicos, metalurgia e minerais não ferrosos. As principais ferramentas utilizadas para realização de tais objetivos foram os incentivos fiscais e o fomento a construção dos centros industriais no interior do Estado (SPINOLA, 2003).

A ação do Governo foi e continua sendo de fundamental importância para determinar os rumos da industrialização, principalmente nos Estados em que o processo industrial demorou em acontecer, como foi o caso da Bahia. Desde a década de 1950 vimos a intervenção do Governo tanto na esfera federal como estadual.

A ação do Estado aconteceu basicamente através do PLANDEB, com o qual o governo do Estado buscava incentivar a atividade industrial e atrair investidores que promovessem o desenvolvimento de um parque industrial, na tentativa de equiparar a Bahia aos Estados do Sudeste e dinamizar a economia regional. Muitas das indicações do Plandeb foram implementadas até o final dos anos 1980 (SPINOLA, 2009).

Spinola (2003) ressalta que as políticas de industrialização foram realizadas a luz da percepção das deficiências locais, tanto na falta de perfil do empresariado para vocação industrial e a ausência de inovadores pelo baixo nível educacional e tecnologia local, quanto à inexistência de um mercado consumidor capaz de absorver a produção industrial. A partir da afirmação anterior, pode-se concluir que, a existência desses e de outros fatores limitantes colocaram a Bahia fora da política de substituição de importações promovida pelo governo federal, que tinha como objetivo concentrar os investimentos no Centro-Sul, sobretudo São Paulo. A Bahia foi inserida de forma indireta com a implantação de indústrias produtoras de bens intermediários, criadas para atender as demandas da indústria de bens finais localizadas no Centro-Sul. A economia do Estado ficou assim dependente dos reflexos da indústria paulista (SPINOLA, 2001).

2.2. Conceito de Distrito Industrial na Bahia

Para tentar entender em que corrente teórica se fundamenta a industrialização da Bahia, por conseguinte os distritos industriais, é necessário entender o pensamento dominante a época no Brasil.

Várias denominações têm sido usadas para definir a localização de áreas com concentração industrial: área, zona, núcleos, distritos, parques, centros, complexos. O

surgimento dessas áreas pode ocorrer de modo espontâneo ou induzido e se distinguem pela forma como se integram espacialmente, pelo tipo de infraestrutura existente, pela existência de incentivos financeiros ou fiscais, pelo nível de intervenção pública e outro fatores.

Segundo Spinola (2003), por via de regra, quando esses espaços são criados pela iniciativa pública, surgem como instrumento de fomento e incentivo a atividade industrial, como ocorre nos países em desenvolvimento, ou acontecem com objetivo de promover a ocupação ordenada da atividade manufatureira dentro do espaço urbano, o que é observado nos países desenvolvidos. No primeiro caso, o objetivo é promover a desconcentração da atividade industrial, através da criação de novos espaços de localização industrial capazes de dinamizar os novos centros deles surgidos, diminuindo a desigualdade das regiões, apresentando resultados de dimensões que vão de locais, regionais a nacionais. Já no segundo caso, o intuito é de realocar as unidades já existentes em uma nova área de uso industrial, buscando evitar o congestionamento urbano e as deseconomias que podem surgir.

Como não poderia deixar de ser, no Brasil, logo na Bahia, o processo de industrialização aconteceu pela iniciativa pública através do programa de áreas para localização concentrada de indústrias, com o objetivo principal de fomentar e incentivar a atividade industrial em novas áreas com objetivo de desconcentrar o desenvolvimento, e por consequência, reduzir as desigualdades regionais. Ainda que objetivasse a organização das atividades no solo urbano, esse objetivo era secundário (SPINOLA, 2003).

Spinola (2003) apresentou o entendimento vigente no Brasil até o final da década de 1970, para denominar as áreas de localização concentrada de indústrias. De acordo com o autor, segundo as informações fornecidas pela Associação Nacional de Entidades de Desenvolvimento Industrial (ANEDI), os conceitos adotados foram:

ÁREA INDUSTRIAL – área geográfica bem definida, reservada ao uso industrial pela potencialidade dos recursos naturais que possui e que servem como indutores do estabelecimento de um processo de desenvolvimento industrial. Observe-se a caracterização apriorística de condições naturais apropriadas ao uso industrial. Distingue-se de um centro industrial pela ausência ou desnecessidade das motivações e providencias adicionais criadas pelo planejador.

CENTRO INDUSTRIAL – é basicamente um instrumento de planejamento e sua resultante efetivação, consubstanciada pela ocupação racional de uma área bem definida, à qual se associa um conjunto de motivações industriais, harmonizadas ao processo geral de desenvolvimento econômico da região.

COMPLEXO INDUSTRIAL – é um conjunto de unidades manufatureiras localizadas em determinado espaço geográfico, planejado com base em uma estrutura física comum, criado em torno de uma indústria principal denominada também de unidade molecular ou foco do complexo. Essas unidades estão ligadas entre si por importantes relações tecnológicas e econômicas.

DISTRITO INDUSTRIAL – área industrial planejada, estreitamente vinculada a um núcleo urbano e dotado de infraestrutura física e serviços de apoio necessários a indução de um processo de desenvolvimento industrial.

NUCLEO INDUSTRIAL – é uma determinada região onde um conjunto de indústrias se estabelecem sem que seu processo de implantação e desenvolvimento tenha sido necessariamente planejado.

ZONA INDUSTRIAL – é uma área definida dentro de uma região urbana onde, institucionalmente, podem instalar-se indústrias, embora a área não conte, via de regra, com uma infraestrutura adequada. (SPINOLA, 2003, p. 45).

Os conceitos acima mencionados se referem às definições adotadas no Brasil e não são universais, elas podem mudar de acordo com o país estudado.

As concentrações industriais na Bahia foram concebidas, segundo as definições citadas, primeiro com a criação do Centro Industrial de Aratu (RMS), logo após surgiu o Centro Industrial de Subaé (Feira de Santana). Depois, com o objetivo de interiorizar a industrialização, surgiram os denominados Distritos Industriais, localizados em Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro e Jequié. Mais tarde nasceu o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec) que foi criado com estrutura para receber, inclusive, outras indústrias de transformação e metalurgia e que com a implantação da indústria automobilística, perdeu tecnicamente as características de complexo e passou a ser um centro indústria que engloba os complexos petroquímico, metalúrgico e automobilístico (SPINOLA, 2003).

Como colocado por Spinola (2003), as unidades citadas deveriam reunir pré-requisitos, que representariam fatores locacionais da indústria e fatores utilizados pelo poder público para fomentar a industrialização. A definição das áreas de localização da indústria na Bahia deveriam atender as exigências específicas e macroeconômicas. As específicas abrangem a existência de um projeto para localização exclusiva ou predominantemente da unidade e suas atividades, infraestrutura apropriada para atender as atividades instaladas, contar com serviços de apoio rodoviário e industrial, contar com incentivos fiscais e financeiros, localizar-se bem com relação ao centro urbano vinculado a ele, criar políticas capazes de evitar a especulação imobiliária, e possuir uma base administrativa eficiente e segura que assegure a manutenção dos demais itens. As exigências macroeconômicas se referiam à identificação e a capitalização de potencialidades de desenvolvimento industrial, a região deveria estar em sincronia com as estratégias de desenvolvimento regional e urbano do Estado, deveria servir como uma base física para a política de industrialização, reforçar e rematar as demais estratégias econômicas setoriais.

De acordo com Spinola (2003), todas as áreas de localização industrial implantadas pelo Estado da Bahia no interior foram caracterizadas de “distritos industriais”.

Mas, o fato apontado por vários autores como realmente significativo para a indústria e economia baiana, viria em 1956 com o início das atividades da Petrobras com a implantação de uma refinaria no distrito de Madre de Deus. A implantação da Refinaria Landulpho Alves em Mataripe efeitos positivos com a criação de emprego direto, 1.868 só em 1959. Causou também efeitos indiretos, com a implantação de outras empresas no entorno de Madre de Deus para aproveitar suas matérias-primas. O surgimento de uma nova classe de operários petroleiros com salários considerados altos promoveu a dinamização do comércio local. O setor terciário se desenvolve, de forma que os benefícios dessa nova realidade foi sentido pela sociedade local (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

No final dos anos 1950, impulsionada pelo fator exógeno que foi o investimento da Petrobras, a Bahia dá seus primeiros passos no processo de industrialização (TEIXEIRA, GUERRA, 2000).

A década de 1960 foi marcada no Brasil pela política de “desconcentração industrial” que, dentre outros objetivos, visava a promoção da industrialização do Nordeste. É nesse contexto que surge a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, criada pelo Governo Federal após estudo sobre o problema do Nordeste. Estudo esse coordenado por Celso Furtado e realizado pelo Grupo Técnico de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). A idéia era criar incentivos fiscais coordenados e administrados pela SUDENE juntamente com o Banco do Nordeste que promovessem a industrialização regional, dando enfoque à indústria de consumo final, na tentativa de reproduzir a mesma estrutura já existente no eixo Centro-Sul (TEIXEIRA, GUERRA, 2000).

Na Bahia, com a criação do Centro Industrial de Aratu(CIA), em 1966, o Estado começou a participar da política de “desconcentração industrial”. Além dos incentivos fiscais federais, o Estado passou a oferecer infraestrutura para a instalação das indústrias em área próxima da capital, dispondo de facilidades portuárias, rodoviárias, ferroviária, energia, água e etc. Teixeira e Guerra (2000), apontam que em dezembro de 1969 o número de projetos aprovados pela SUDENE era de 100, dos quais, 37 em funcionamento, 43 em análise e 33 com carta de opção para virem se instalar. Como resultado desses números houve a criação de 30 mil empregos diretos.

Mesmo tendo como objetivo incentivar as indústrias de bens de consumo final, os dados revelavam a tendência do Estado em produzir bens intermediários, pois 85% dos investimentos realizados eram neste setor. Usiba, Sibra e Ferbasa, são algumas das empresas implantadas nessa época. O CIA e entorno passaram nessa época a sediar empresas do setor

químico, antes mesmo do Pólo Petroquímico de Camaçari, a exemplo da Tibras, Paskin, CQR, Ciquine, Fisiba e depois a Dow (SOUZA, TEIXEIRA, 2000).

Segundo afirmação de Souza e Guerra (2000), a política de “desconcentração industrial” na Bahia mostrou-se incapaz de criar uma dinâmica endógena de investimentos, justificado tanto pela escassez de capital local quanto pela aparente carência empresarial capaz de liderar o processo industrial. Contudo, a política deixou marcas que não podem ser desconsideradas, principalmente no que diz respeito às mudanças sociais e econômicas, sobretudo para a Região Metropolitana de Salvador. No final na década de 1960, a infraestrutura passava por um processo de expansão e modernização que promoveu crescimento das instalações, por consequência, o operariado e a classe média acompanhava esse crescimento, o que significou mudanças sentidas de modo mais forte na década seguinte com a consolidação da indústria.

De acordo com Teixeira e Guerra (2000), foi a partir dos anos 1970, que a Bahia consolida-se no processo industrial e começou se desprender-se das características de indústria agroexportadora apoiada, principalmente, na produção do cacau.

Com a crescente demanda por produtos intermediários por parte das indústrias de bens finais instaladas na região Sul/Sudeste do país e diante da incapacidade do Estado de criar sua própria demanda por produtos de consumo final e desenvolver uma indústria local de produtos acabados, coube a Bahia demandar produtos acabados do Sul e Sudeste do país e depender das demandas criadas pelas indústrias dessas regiões, no caso, produtos intermediários usados para produção de produtos finais. O Estado da Bahia tornou-se o principal fornecedor desses produtos, assumindo assim sua vocação industrial do setor intermediário. Destacaram-se o setor químico e metalúrgico.

Darzé Filho (2002) afirma que, embora a economia baiana tenha deixado de ser agroexportadora, a dinâmica da economia baiana continuou dependente de fatores externos e instáveis. Não mais dependia do desempenho da lavoura ou do comércio exterior para produtos primários, passou a depender do comportamento da indústria de bens finais do Centro-Sul do país. Segundo ele, a dinâmica da economia do Estado passou a ser completamente exógena.

O surgimento de novos empreendimentos localizados principalmente no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) ajudou a consolidar a indústria baiana, fortemente concentrada na Região Metropolitana de Salvador, inserida na chamada “especialização regional”, (DARZÉ FILHO, 2002).

Nos últimos 5 anos da década de 1970, a Bahia experimentou um crescimento anual médio do PIB de 9,7%, feito esse que não se repetiu até os dias atuais. (TEIXEIRA, GUERRA, 2000, p.90).

Na década de 1980, a indústria metalúrgica se fortaleceu no Estado com o aprimoramento das instalações atendendo, ao objetivo do programa de substituição das importações. O VAB (Valor Agregado Bruto) do setor passou de 5,8% em 1982 para 8,6% em 1983. No ano de 1986 a indústria metalúrgica Caraíba Metais, visando aumento de produção, alterou sua planta produtiva e no ano seguinte passou a ser responsável por 96% de todo cobre eletrolítico produzido no território nacional e abastecendo 55% do mercado interno (TEIXEIRA, GUERRA, 2000).

Teixeira e Guerra (2000) chama atenção para o fato que quando se refere em indústria baiana somos remetidos a pensar na RMS:

A RMS enquanto núcleo econômico de destaque, consolidou suas modernas feições e tendências ao longo das décadas de 1970 e 80. Ela passou a concentrar um parque produtivo criado basicamente com recursos estatais, capital intensivo, produtor de bens intermediários e, até então, sem grandes perspectivas de desdobramentos ajusante. (TEIXEIRA, GUERRA, 2000, pg. 92)

A industrialização do Estado, fortemente concentrada na RMS, era também especializada em setores que demandavam grande aporte financeiro, mas em contrapartida ofereciam um número pequeno de empregos e não estendia o desenvolvimento para as demais regiões e setores, aumentando cada vez mais as diferenças regionais.

Visando atacar os problemas da concentração setorial e espacial da industrialização baiana, ainda nos primeiros anos da década de 1970, o Governo da Bahia propõe uma desconcentração da indústria no Estado, pretendendo não apenas industrializar o interior através da criação de distritos industriais, mas corrigir as desigualdades gritantes existentes entre as regiões.

2.3. O Surgimento dos Distritos Industriais no Interior

Diante da constatação da tendência de concentração da atividade econômica, numa etapa do desenvolvimento, em alguns pontos geográficos e considerada à variação de importância desses pontos de acordo com o fluxo de atividades mantidos com as áreas periféricas, foi adotado pelo Governo do Estado como ferramenta fundamental para o

planejamento regional os estudos que permitiram a localização espacial do desenvolvimento de identificação dos centros urbanos mais importantes numa área-programa (BAHIA, 1973).

De acordo com os relatos do Governo da Bahia contidos no Plano Diretor dos Distritos Industriais (PDDI), documento elaborado em 1973 pela Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, o pioneiro na tentativa de hierarquizar os centros urbanos na Bahia foi o professor Milton Santos, em 1958, em seu trabalho Zonas de Influência Comercial do Estado da Bahia, tendo utilizado dados levantados em 1953 pela Inspeção Regional de Estatística Municipal da Bahia, que objetivava uma análise da situação do comércio do interior e a relação com a capital Salvador e demais regiões do país. O resultado da pesquisa apontou quase total ausência de atividade industrial no interior e o predomínio do comércio como atividade econômica. O estudo apontou ainda a hierarquia dos municípios segundo seu grau de influência comercial nas regiões, excluída Salvador, que foi considerada metrópole, teremos como principais: Ilhéus/Itabuna, Feira de Santana, Jequié, Juazeiro, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Senhor do Bonfim e Jacobina.

Segundo o Plano Diretor dos Distritos Industriais (1973), estudos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia, da Fundação IBGE, intitulados **Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Polarizados** (1967) e na **Serie Centralidade**, constante na publicação **Subsídios à Regionalização** (1968) foram utilizados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no documento **Espaços Geográficos e Política Espacial** com o objetivo de identificar núcleos urbanos capazes de desempenhar funções estratégicas dentro de suas respectivas áreas de influência, mediante a dinamização do setor industrial. No resultado aparecem como principais centros de 2º grau de importância, no Estado da Bahia, as cidades de Feira de Santana, Ilhéus/Itabuna, Vitória da Conquista e Juazeiro.

O PDDI (1973) também fez referência ao estudo realizado pelo IBGE intitulado **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas** que era, na verdade uma releitura das regiões de influência das cidades brasileiras presentes no **Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Polarizados** (1967) e teve como objetivo servir de instrumento para ações administrativas. Classificação foi feita em 4 níveis: 1º) centros metropolitanos, 2º) centros regionais, 3º) centros sub-regionais, 4º) centros locais. O resultado apresentou na Bahia: 1º) Salvador; 2º) Feira de Santana, Ilhéus/Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié e Juazeiro; e 3º) Alagoinhas, Jacobina, Itaberaba, Senhor do Bonfim, Ipiaú, Serrinha e Itapetinga.

De acordo com Spinola (2003), para a seleção das áreas do Programa de Implantação de Distritos Industriais no Interior do Estado, o critério inicial adotado pelo Governo foi

incluir municípios com população acima de 40 mil habitantes, o que resultou no total de 25 municípios que foram hierarquizados conforme os seguintes critérios: número de estabelecimentos comerciais e bancários, arrecadação do ICM, valor dos empréstimos e depósitos bancários, receita municipal e consumo de energia elétrica. A cada um desses fatores foi atribuído um peso variando de 1 a 5. De acordo com o somatório dos pesos, classificaram-se os municípios em 5 graus de importância. A classificação final dos municípios, segundo a sua importância, resultou: 1ª categoria: Feira de Santana, Ilhéus/Itabuna e Vitória da Conquista; 2ª categoria: Jequié, Juazeiro e Alagoinhas; 3ª categoria: Itapetinga, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Hierarquização dos Municípios da Bahia - 1970

Cidades	População Recenseada	Estabele Comerc.	Estabelec. Bancários	Deposit. Banc.	Emprest. Banc.	I.C. M.	Receita Municipal	Energia Elétrica	Total	Categoria
Feira de Santana	5	5	5	5	5	5	5	5	40	1ª
Vit. da Conquista	5	5	4	4	4	4	3	3	32	1ª
Itabuna	5	4	4	5	5	5	3	3	34	1ª
Ilhéus	5	4	4	4	5	5	4	5	36	1ª
Jequié	5	3	3	3	5	3	3	4	29	2ª
Alagoinhas	4	3	2	3	3	3	4	3	25	2ª
Jacobina	4	2	2	2	4	2	1	2	19	4ª
Itamarajú	3	2	1	2	3	2	1	0	14	5ª
Irecê	3	2	1	2	3	3	1	0	15	4ª
Juazeiro	3	4	2	4	4	3	2	3	25	2ª
Riachão do Jacuípe	2	1	1	2	2	1	1	2	12	5ª
Valença	1	2	2	2	3	2	2	2	16	4ª
Serrinha	1	2	2	2	3	1	1	1	13	5ª
Senhor do Bonfim	1	2	2	2	3	1	1	2	14	5ª
Santo Amaro	1	2	1	2	2	3	1	1	13	5ª
Itapetinga	1	3	3	3	4	3	2	2	21	3ª
Paulo Afonso	1	1	1	3	2	1	2	1	12	5ª
Bom Jesus da Lapa	1	2	1	2	2	1	1	1	11	5ª
Stº Antonio de Jesus	1	2	2	2	3	2	1	2	15	4ª
Poções	1	1	1	2	2	1	1	1	10	5ª

FONTE: PDDII 1973

O PDDI apresentou como resultado final do estudo o apontamento de áreas consideradas prioritárias, segundo o Governo do Estado, para implantação do programa de desenvolvimento, entre os quais o dos distritos industriais. Neste apontamento constavam os municípios de Feira de Santana, Ilhéus/Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié, Juazeiro e Extremo Sul. Este resultado veio ratificar os resultados dos estudos anteriores.

O programa de fomento a industrialização do interior manteve-se constante nas atividades do governo e tinha como objetivos principais a industrialização a partir de pequenos empreendimentos, avançando para os de maior porte, que se promovesse emprego e

renda nas principais cidades do Estado, reduziriam o fluxo migratório do interior para a capital, promovendo também a integração das varias regiões na formação de um mercado consumidor capaz de absorver a produção das indústrias de bens finais que viria a existir na RMS (SPINOLA, 2003).

É ressaltado no PDDI (1973), que para se alcançar o sucesso esperado com a implantação do Distrito Industrial - DI, o município deveria ser dotado de fatores essenciais à promoção de um polo de desenvolvimento. Fatores como área de influência exercida pelo município, infraestrutura disponível no município na época, relações intersetoriais e oportunidades de investimentos existentes, tanto no município quanto na região atendida por ele, que poderiam ser aproveitados pela indústria no seu processo produtivo ou que pudesse atrair indústrias para o distrito industrial.

Depois de identificados os fatores pré-requisitados e eleito o município para a implantação do Distrito, seria de fundamental importância a escolha da área no município para a instalação do DI. A área deveria atender as necessidades para a atividade industrial, tais como: proximidade com o centro urbano, infraestrutura adequada, localização em relação ao sistema rodoviário, solo, questões climáticas e outras.

Para uma análise mais detalhada sobre o projeto e o processo de implantação do Distrito Industrial dos Imborés utilizaremos o Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés (PDDII). O texto a seguir faz uma análise mais profunda sobre o PDDII por considerar a importância dos dados nele contidos para demonstrar a realidade do planejamento do projeto.

A seguir apresentaremos alguns fatores que colocaram Vitória da Conquista entre os municípios escolhidos pelo Governo do Estado para implantação do Programa dos Distritos Industriais.

3. A IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS

No capítulo anterior, vimos os problemas enfrentados pelo Estado da Bahia no tocante à falta de dinamismo econômico e as soluções para superação dos obstáculos que travavam a economia baiana. Esta superação ocorreu via planejamento estatal, visando à industrialização do Estado. Neste capítulo versaremos sobre a elaboração e implantação do Distrito Industrial dos Imborés em Vitória da Conquista, para tanto utilizaremos o Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés - PDDII, documento elaborado em 1973 pela Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia.

O Plano Diretor é o documento que apresenta as diretrizes de implantação do Distrito Industrial. É constituído de 5 tópicos que discorrem sobre os objetivos, critérios utilizados para seleção dos municípios que receberiam os distritos industriais, o estudo local (que versa sobre a área de influência, quadro natural, população, infraestrutura, dinâmica intersetorial, serviços comunitários e organização espacial), o planejamento físico-financeiro e as questões referentes a implantação inicial do distrito (desapropriação da área, medidas institucionais e incentivos ofertados).

A partir deste conteúdo discorreremos sobre o processo de implantação do DII, no entanto a apresentação não obedecerá a mesma sequência contida no Plano Diretor e privilegiará a análise dos tópicos que mais se aproximam da nossa investigação.

3.1 Características do município de Vitória da Conquista na época dos estudos para implantação do Distrito Industrial

O Plano Diretor caracterizou o município de Vitória da Conquista como situado no centro-oeste do Estado, localizado dentro dos limites do chamado bolsão pecuário, que se estendia desde a zona cacaueteira até o rio São Francisco, com uma área de 3,7 mil km², sendo considerado como o mais importante dentre os municípios componentes das microrregiões estudadas. Além do Distrito-sede, com uma população de 84,5 mil habitantes, o município englobava os distritos de Iguá, Inhobim e José Gonçalves, que, em 1970, registravam uma população de 28,8 mil habitantes.

Apontou-se que o transporte de produtos era predominantemente rodoviário em Vitória da Conquista e sua área de influência; embora a região dispusesse de um grande número de campos de pouso e o transporte ferroviário passasse pelo município de Brumado. Os campos de pouso eram de pequeno porte e não havia uma linha comercial que operasse

voos regulares e na época não havia projetos para instalação de tal serviço no local por falta de demanda.

O sistema de abastecimento de água da cidade de Vitória da Conquista era, já a época, oferecido pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – Embasa. O serviço de captação da água para abastecimento do núcleo urbano era feito em uma barragem, sem regularização, na cachoeira do Malito do riacho Água Fria, há 29 km da cidade. Sua capacidade de abastecimento era para 150.000 habitantes com uma vazão de 300 litros/segundo.

Segundo relatos do Plano Diretor, antes do sistema de abastecimento de água, a população de Vitória da Conquista se valia da construção de cisternas para se abastecer e mesmo depois da implantação do sistema, boa parte da população continuava se servindo das cisternas. Apenas 18% da população utilizava o serviço oferecido pela Companhia de Saneamento do Estado da Bahia – COSEB.

A cidade de Vitória da Conquista, na época, possuía uma rede pluvial em fase final de implantação. Os dejetos eram lançados no rio Verruga. Por falta de sistema apropriado de esgoto, muitas indústrias lançavam seus resíduos em fossas ou diretamente nos esgotos pluviais.

Conforme apresentado pelo PDDI (1973), na época, apenas oito municípios da região de influência de Vitória da Conquista² eram atendidos pela energia gerada pelas Usinas de Funil. Os demais municípios utilizavam geradores. A cidade de Vitória da Conquista era abastecida de energia elétrica por meio de uma linha de transmissão de 138 KV, circuito simples, operando em 115 KV, partindo da Usina de Funil indo até a subestação de Dário Meira, se bifurcando para a Subestação de Vitória da Conquista e para subestação de Ponto do Astério. Informações fornecidas pela Coelba (*apud* PDDII, 1973) mostravam que Vitória da Conquista contava com uma subestação abaixadora localizada ao norte da cidade, com apenas um transformador trifásico de 7,5 MVA, 138/115 – 13,8 KV e havia previsão de duplicação para capacidade de 15 MVA. Do barramento de baixa tensão desta subestação partiam dois alimentadores de 13,8 KV.

O Plano identificou que o sistema de telecomunicações foi instalado na cidade em 1960 com 1.140 aparelhos tipo A, correspondendo a 1,36 telefones/100 habitantes. A rede telefônica continha 17.500 m de extensão total, sendo 1.500 m subterrâneos e 16.000 m de aéreos e o sistema operava com uma central telefônica automática. O Plano Diretor de

² Barra do Choça, Caatiba, Itambé, Itapetinga, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã e Vitória da Conquista.

Comunicações do Estado incluía Vitória da Conquista entre as 60 cidades baianas que seriam atendidas na primeira etapa da execução deste Plano, beneficiando-se do Sistema de Discagem Direta à Distancia (DDD). A Tabela 2 mostra a previsão das demandas e atendimento das mesmas nos principais municípios do Estado da Bahia, de acordo com o Plano Diretor de Comunicação do Estado.

Tabela 2 - Previsão de Demanda e Satisfação dos Serv. Telefônicos das Principais Cidades da Bahia - 1968-1988.

Cidades	Anos		1968		1971		1974		1978		1988	
	Deman.	Satis.	Deman.	Satis.	Deman.	Satis.	Deman.	Satis.	Deman.	Satis.	Deman.	
Conquista	2100	1145	3000	3000	4200	4200	6600	6600	20500			
Ilhéus	2300	620	3000	3000	4000	4000	5800	5800	15100			
Itabuna	2100	1001	3000	3000	4200	4200	6600	6600	20500			
Jequié	730	600	1000	1000	1300	1300	1950	1950	5000			
Juazeiro	560	600	800	800	1100	1100	1750	1750	3500			
Itapetinga	510	400	700	700	1000	1000	1500	1500	4000			
Feira de Santana	2500	245	3500	3500	4000	4000	7700	7700	24000			

FONTE: PDDII 1973

Segundo o PDDII (1973), quanto aos serviços de saúde, comparando-se com os demais municípios do Estado, Vitória da Conquista poderia se considerar bem equipada, com uma rede hospitalar composta por 8 hospitais e 530 leitos disponíveis. Sendo 2 hospitais do Estado, 3 de caráter filantrópico e 3 particulares, destacando-se o Serviço de Assistência Médica de Urgência – SAMUR como o maior e mais moderno. O corpo médico era composto por 50 médicos, 10 farmacêuticos, 25 enfermeiros e 15 dentistas.

A cidade de Vitória da Conquista apresentava no ano de 1970, segundo dados do PDDII, aproximadamente 22 mil residências, das quais 70% próprias, apesar de existirem as de médio e grande porte, a maioria era de pequeno porte. No mesmo ano foi apontado pelo Plano Diretor o déficit habitacional de 2.196 unidades no município.

Em vista dos benefícios contraídos da convergência das rodovias BR-116 (Rio/Bahia), BR-415 (Ilhéus/Conquista), e BR-262 (Conquista/Brumado), vias de acesso entre Vitória da Conquista e os centros urbanos mais dinâmicos do Estado, como do Norte-Nordeste, e do Centro-Sul do país, a cidade de Vitória da Conquista constitui-se no entroncamento rodoviário mais importante do centro-oeste do Estado.

O Plano considerou que a boa localização do município em relação à malha viária do Estado, somadas as potencialidades da região, exercia função de atração de significativos

fluxos migratórios para o Distrito-sede. Em consequência da concentração populacional ali verificada possibilitava um crescimento acelerado das atividades comerciais e de serviços, o que condicionava uma melhoria da infraestrutura de equipamentos urbanos, permitindo que a cidade de Vitória da Conquista dispusesse, para a época, de um suprimento regular de energia elétrica, serviços de água e rede de esgotos pluviais, rede escolar, assistência médico-hospitalar em rápido crescimento e uma oferta hoteleira satisfatória.

Nesses termos, em uma das conclusões do PDDII (1973), a cidade de Vitória da Conquista foi caracterizada como centro polarizador, natural e espontâneo do espaço geográfico denominado área de influência de Vitória da Conquista e possuidor de características mínimas necessárias para ser contemplada com um distrito industrial.

3.2 Área de influência da cidade de vitória da conquista no início da década de 1970

O Plano Diretor considerou a área de influência de Vitória da Conquista formada por 43 municípios³, componentes das Microrregiões Homogêneas Planalto da Conquista, Pastoril de Itapetinga e Serra Geral da Bahia. Com base em posteriores resultados de estudos do IBGE, admitiu-se uma área de influência correspondente a uma região funcional urbana composta por 55 municípios⁴.

Dessa forma, a área de influência de Vitória da Conquista definida no PDDII (1973) foi limitada a nordeste pela ação regional de Jequié e a sudoeste pelo eixo Ilhéus/Itabuna e tem uma extensão de 62,4 mil km², correspondente a 11,10% da extensão territorial do Estado da Bahia, e em 1970, apresentava uma população de 871 mil habitantes ou 11,6% da população total do Estado. Seus centros urbanos mais importantes eram Vitória da Conquista, Itapetinga e Brumado, que juntos apresentavam, em 1970, uma população equivalente a 79,8% da população total dos núcleos urbanos da região.

³ Aracatu, Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Condeúba, Cordeiros, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Igaporã, Jacarací, Licínio de Almeida, Livramento de Brumado, Malhada de Pedra, Mortugaba, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Piripá, Pres. Janio Quadros, Riacho de Santana, Rio do Antonio, Sebastião Laranjeiras, Tremedal, Urandí, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Caatiba, Candido Sales, Dario Meira, Manoel Vitorino, Nova Canaã, Planalto, Poções, Vitória da Conquista, Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Macarani, Itarantim e Maiquinique.

⁴ Abaira, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caatiba, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Ibitiara, Iguai, Itambé, Ituaçu, Jacuípe, Licínio de Almeida, Nova Canaã, Oliveira dos Brejinhos, Piatã, Piripá, Planalto, Poções, Pres. Janio Quadros, Tremedal, Livramento de Brumado, Rio de Contas, Paramirim, Águas Quentes, Rio do Pires, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória, Correntina, Coribe, Santana, Canápolis, Serra Dourada, Brumado, Dom Basílio, Malhada de Pedras, Rio do Antonio, Tanhaçu, Caculé, Ibiassucê, Caetité, Botuporã, Igaporã, Macaúbas, Riacho de Santana, Boquira, Ibipitanga, Guanambi, Candiba, Palmas de Monte Alto e Pindaí.

No estudo foi tomado que as microrregiões que compunha a área de influência de Vitória da Conquista possuíam atividades relevantes para toda região. A Microrregião Homogênea da Serra Geral da Bahia foi caracterizada como grande fornecedora de produtos agrícolas, além de zona de mineração da magnesita. Já a Microrregião Homogênea Pastoril de Itapetinga, figurava como o mais vigoroso centro de desenvolvimento da pecuária do Estado da Bahia. Enquanto a Microrregião Homogênea do Planalto da Conquista foi tomada com predominância das atividades comerciais e industriais.

A atividade agropecuária da região, no ano de 1968 representava 17,5% do valor total da produção do Estado e a agricultura correspondia a 7,2% em relação ao Estado. A atividade de minério da região apresentava alguns de expressão nacional como a magnesita e o talco, porém o registro de atividades na região era bastante diversificada, sua potencialidade exigia maiores estudos. As atividades de comércio e indústria concentravam-se na cidade de Vitória da Conquista, a indústria predominava o beneficiamento de matérias-primas da região e fabricação de artigos de couro, madeira e móveis.

Beneficiada pela sua localização com relação a BR 116 e seu processo de urbanização, a cidade de Vitória da Conquista já se apresentava na época como grande distribuidora de bens de consumo para uma considerável região, que segundo o PDDII (1973), abrangia desde o município de Brumado a área do São Francisco, Norte de Minas Gerais, no sentido oeste, transpondo Itapetinga e no sentido leste, alcançando o Extremo Sul do Estado. O crescimento comercial apresentava-se como fator dinamizador da economia local, promovendo a ampliação dos demais setores de serviço, inclusive possibilitando o surgimento da indústria. O crescimento da movimentação bancária em depósitos na cidade apresentou um crescimento anual em 1972, maior do que a média do Estado. O crescimento da arrecadação de impostos estaduais também foi promovido pelo dinamismo do comércio, assim como a expansão dos estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas e das atividades da administração pública.

Vitória da Conquista foi apontada pelo PDDII (1973) como a mais bem equipada em relação à rede de ensino da região. Contudo, em 1972, apresentava dados comuns ao Estado e ao país, onde predominava o ensino primário e quase inexistia o ensino superior. De acordo com dados apontados pelo Plano Diretor, o número de estabelecimentos de ensino primário era de 157, dos quais 108 eram da rede municipal, 34 da rede estadual e apenas 15 na rede particular. A cidade contava com o curso Mobral que alfabetizou no ano de 1972, cerca de 880 de pessoas e o ensino médio contava com 20 estabelecimentos. Quanto ao ensino

superior, existia apenas um estabelecimento, a Faculdade de Formação de Professores, com o objetivo de formar pessoas para lecionar no ensino médio.

A população da área de influência de Vitória da Conquista, em 1970, segundo o Plano Diretor detinha aproximadamente 870 mil habitantes, o equivalente 11,6% da população total do Estado. Cerca de 70% desse total viviam na zona rural.

A distribuição populacional por microrregião, apresentada no PDDII (1973), era: 410 mil habitantes na Serra Geral da Bahia, sendo que desse total 88,9% estavam no campo, 142,1 mil habitantes na microrregião Pastoril de Itapetinga, 84,1% estava na zona rural e 318,9 mil habitantes encontravam-se no Planalto de Conquista, com 84,9% dessa população rural, conforme tabela 3.

Tabela 3 - População Urbana, Rural e Total das Microrregiões - 1950-1970.

Microrregiões	1950		1960		1970	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Serra Geral da Bahia						
Total	302.821	100,0	326.874	100,0	410.012,0	100,0
Urbana	33.647	11,1	51.295	15,7	77.728,0	19,0
Rural	269.174	88,9	275.579	84,3	332.284,0	81,0
Pastoril de Itapetinga						
Total	102.324	100,0	136.722	100,0	142.090,0	100,0
Urbana	16.263	15,9	39.381	28,8	59.952,0	42,2
Rural	86.061	84,1	97.341	71,2	82.138,0	57,8
Planalto de Conquista						
Total	250.036	100,0	257.387	100,0	318.872,0	100,0
Urbana	37.790	15,1	69.227	26,9	122.548,0	38,4
Rural	212.246	84,9	188.160	73,1	196.324,0	61,6
Total das Regiões						
Total	655.181	100,0	720.983	100,0	870.974,0	100,0
Urbana	87.700	13,4	159.903	22,2	260.228,0	29,9
Rural	567.481	86,6	561.080	77,8	610.746,0	70,1

FONTE: PDDII 1973

O Plano identificou que a região apresentava, assim como no resto do país, a crescente migração da população da área rural para os centros urbanos, grande parte em busca de melhores condições e oferta de trabalho. Embora a transferência de parcelas da população rural para as áreas urbanas provocassem um crescimento da estrutura urbana, isso não significou o crescimento dos postos de trabalho na mesma proporção, uma vez que o setor industrial, que seria capaz de absorver o contingente de mão-de-obra disponível, praticamente inexistia na época. Aliado a isso, o estudo destacou que o nível de qualificação era baixíssimo em grande parte da população. Foi observado, também, que uma grande parcela da população encontrava-se em subempregos e muitos desempregados. O PDDII (1973) relata, ainda, a baixa remuneração daqueles que se encontravam empregados. Os melhores remunerados, mas em número reduzido, encontravam-se no setor de serviço, ligados a educação e saúde.

Diante das observações o documento conclui que o surgimento do setor industrial na região apresentava-se como possível solução capaz de promover a ocupação equilibrada da mão-de-obra, de forma mais produtiva, tanto direta, quanto indiretamente.

3.3. Aspectos Locacionais de Planejamento: Seleção das Áreas Internas do Município

Considerado como um fator determinante para o sucesso do Distrito Industrial na cidade de Vitória da Conquista, a área de sua implantação deveria ser escolhida de forma a atender requisitos importantes ao funcionamento da atividade industrial sem comprometer o fluxo urbano e as demais atividades existentes no município.

Um dos aspectos mais relevantes para a implantação do Distrito Industrial em Vitória da Conquista é a escolha acertada de sua área. Disso dependerá o êxito do próprio empreendimento, condicionado, ainda, o crescimento harmônico e saudável da comunidade, sem criar desajustes entre o centro urbano e a localização das unidades industriais. (PDDII, 1973, p.62).

As áreas escolhidas como possíveis locais para implantação do Distrito Industrial dos Imborés levaram em consideração critérios de localização com relação ao centro urbano e acesso à malha viária, a infraestrutura local, aspectos naturais, urbano-sociais e econômicos de cada local.

Os aspectos naturais levavam em consideração aspectos topográficos de cada área, águas existentes na superfície e subterrâneas, clima, geologia e geomorfologia. Quanto aos aspectos infraestruturais foram considerados para efeito de seleção da área ideal as questões de suprimento de energia elétrica, abastecimento de água, esgoto, comunicação e proximidade

com o aeroporto. Os aspectos urbano-sociais levantados apresentavam questões de posição da área com relação à área urbana, integração com sistema viário urbano, integração com o sistema rodoviário regional e efeitos de promoção do Distrito. Finalmente, os aspectos econômicos abordavam questões de uso alternativo do solo, custos com desapropriação, a existência de indústrias no local e a facilidade de locomoção de operários.

Para localizar as possíveis áreas que apresentassem as condições ideais de instalação do Distrito Industrial houve um trabalho em conjunto entre Secretaria da Indústria e Comércio, COELBA, COSEB, DERBA, Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e de membros da comunidade local. O processo de escolha se iniciou com a seleção de cinco áreas localizadas na periferia urbana:

Área 1 – saída para Salvador: localizada às margens da BR-116, distando cerca de 3,5 km do perímetro urbano, na direção norte, após a serra da Conquista.

Área 2 – saída para Brumado: localizada à margem direita da BA-262, (Conquista - Brumado), distando cerca de 0,5 km do perímetro urbano, na direção oeste.

Área 3 – saída para o Rio de Janeiro: localizada às margens da BR-116, distando cerca de 0,5 km do perímetro urbano, na direção sul.

Área 4 – saída para Ilhéus: localizada às margens da BR-415 (Conquista – Ilhéus), distando cerca de 0,5 km do perímetro urbano, na direção sudeste.

Área 5 – saída para Barra do Choça: localizada à margem direita da BA-265, (Conquista – Barra do Choça), contígua à área urbana, na direção leste. (PDDII, 1973, pg. 62).

O resultado dos estudos apontou a área 1 como sendo a que reunia o maior número de pré-requisitos físicos, econômicos e de localização que justificavam a atividade industrial e aliando-se a isso o fato de já existir uma empresa de processamento de minério (CIEMIL) em funcionamento e uma empresa frigorífica em implantação (SUISA) no local. A tabela 4 mostra a pontuação de cada área de acordo com os critérios de avaliação.

Tabela 4 - Hierarquização das Áreas Alternativas para Implantação do DII.

Variáveis	ÁREAS				
	1	2	3	4	5
1. Áreas Alternativas					
2. Critérios de escolha					
2.1. Aspectos Naturais	12,75	12,00	12,75	10,50	10,50
Topografia	2,25	3,00	3,00	3,75	3,75
Águas de Superfície e Subterrânea	3,00	1,50	3,00	2,25	3,75
Clima	3,75	3,75	3,00	0,75	0,75
Geologia e Geomorfologia	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75
2.2. Aspectos Infraestruturais	15,20	9,40	9,40	13,40	14,80
Energia Elétrica	7,00	2,80	2,80	2,80	4,20
Esgoto	1,60	2,40	2,40	4,00	4,00
Abastecimento d'Água	6,00	3,60	3,60	6,00	6,00
Comunicação e Aeroporto	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
2.3. Aspectos Urbano-Sociais	8,00	7,00	10,00	9,00	3,60
Posição Relativa à Área Urbana	1,20	1,60	2,00	2,00	0,80
Integração com o Sistema Viário Urbano	1,80	2,40	3,00	3,00	1,80
Integração com o Sistema Viário Regional	4,00	2,40	4,00	3,20	0,80
Efeito Promocional	1,00	0,60	1,00	0,80	0,20
2.4. Aspectos Econômicos	4,20	4,00	2,80	2,30	3,10
Uso Alternativo do Solo	1,50	1,20	0,60	0,60	0,30
Custo de Desapropriação	1,60	1,60	1,20	0,40	2,00
Existência de Indústrias	0,50	0,20	0,40	0,30	0,20
Facilidade de Locomoção de Operários	0,60	1,00	0,60	1,00	0,60
Total de Pontos	40,15	32,40	34,95	35,20	32,00
$\sum p \times N / \sum p$	4,01	3,24	3,49	3,52	3,20
Hierarquização das Áreas	1^a	4^a	3^a	2^a	5^a

Fonte: PDDII 1973

3.3.1 Planejamento Físico

O estudo considerava que a implantação de um Distrito Industrial tenderia a promover modificações na estrutura territorial, sobretudo na área urbana. O Distrito Industrial dos Imborés, enquanto instrumento de desenvolvimento local e de organização territorial, deveria manter uma ligação direta de interdependência com o sistema e estrutura urbana.

O Plano Diretor apresentou a melhoria da rede básica de equipamentos urbanos como uma condicionante para o melhor desempenho do setor industrial. Portanto o planejamento físico do Distrito Industrial dos Imborés foi pautado dentro dos objetivos de melhor aproveitamento do espaço industrial de forma eficiente.

O planejamento físico do Distrito Industrial dos Imborés, quanto a seu zoneamento, aconteceu observando-se as características das possíveis indústrias a se instalarem no local e os serviços de apoio por elas demandados, empresas de menor porte. O Distrito foi composto de áreas ou setores definidos conforme as experiências dos Distritos Industriais no Brasil e em outros países, adaptando-se a realidade local. O Distrito Industrial ficou restrito as funções industriais e de prestação de serviço. De acordo com o projeto, foram conferidas ao Distrito cinco zonas distintas e áreas verdes:

I – Zona Industrial

II – Zona de Administração e Serviços Básicos

III – Zona de Serviços Infraestruturais

IV – Zona de Apoio Rodoviário

V – Zona de Apoio Industrial

A tabela 5 apresenta a distribuição do espaço no DII em zonas. A maior parte, cerca de 60% foi destinada a ocupação da atividade industrial e em segundo lugar ficou para as áreas verdes ocupando pouco mais de 21% do espaço total no projeto.

Tabela 5 - Distribuição das Áreas no Distrito Industrial dos Imborés

Discriminação	Área (m ²)	%
Zona Industrial	3.027.190	60,64
Administração e Serviços Básicos	299.805	6,02
Serviços de Apoio Rodoviário	4.500	0,06
Serviços de Apoio Industrial	171.200	3,42
Serviços Infraestruturais	80.660	1,61
Sistema Viário e Circulação de Pedestres	351.011*	7,02
Áreas Verdes	1.060.634	21,23
TOTAL	4.995.000	100,00

Fonte: PDDII 1973

**Inclusive a área correspondente à BR-116 e sua faixa de domínio.*

I – Zona Industrial:

A zona industrial referia-se ao espaço reservado para instalação de unidades industriais. Não foram definidas regras de instalação por ordem de porte da empresa ou grau de nocividade, quanto à poluição.

O parcelamento do solo do Distrito Industrial dos Imborés foi definido a partir de experiências apresentadas em Distritos Industriais no Nordeste. Com um perfil de pequenas e

médias indústrias para a ocupação do Distrito, foram definidos lotes mínimos de duas dimensões 50 x 150 m, correspondentes a 7.500 m² e 100 x 200 m igual a 20.000 m², podendo, eventualmente, o empresário solicitar adição de lote. O objetivo era de evitar desperdício de espaço e especulação imobiliária. A quadra é o resultado do somatório do máximo permitido de 28 lotes mínimos de 7.500 m², era previsto uma para de ônibus para cada quadra, permitindo um tempo máximo de caminhada de cinco minutos do ponto de ônibus até a o lote mais distante.

II – Administração e serviços básicos:

Nesta área estava prevista a instalação da sede Administrativa do Distrito Industrial, área de lazer, espaço cultural, serviço comercial, social e promocional. Este espaço também se reservava para o recebimento de serviços básicos e de segurança que incluíam sindicatos de operários, corpo de bombeiros, posto policial, limpeza e coleta de lixo, posto de saúde, agências bancárias e correios.

III – Serviços Infraestruturais:

Esta área reservou-se a localização da Central Telefônica, da Subestação Baixadora de Energia, o Reservatório Elevado e demais equipamentos necessários.

IV – Serviço de apoio Rodoviário:

Esta área estava reservada a localização de postos de combustíveis, oficinas, borracharia, restaurantes, que em virtude da sua localização às margens da BR-116, prestaria serviços também ao fluxo da rodovia.

V - Zona de apoio industrial:

Esta área estava destinada a serviços de transporte, reparos em máquinas e equipamentos, venda de combustíveis, lubrificantes, produtos metalúrgicos e tudo que pudesse ser demandado pela atividade da indústria em seu processo.

Era previsto ainda a existência de áreas verdes, dominadas assim todas as áreas livres de recreação e faixa de proteção dos equipamentos de infraestrutura.

O projeto do Distrito Industrial dos Imborés previa a necessidade de uma etapa para implantação e de outra para ampliação do Distrito, como mostram as tabelas 6 e 7.

Tabela 6 - Implantação e Expansão do DII

Etapas	Área (m ²)	%
Implantação	1.641.855	32,86
Expansão:		
-1ª Fase	2.135.045	42,74
-2ª Fase	1.218.100	24,40
TOTAL	4.995.000*	100,00

FONTE: PDDII 1973

*Incluída a faixa do domínio da BR-116(Rio-Bahia).

Tabela 7 - Percentual de Ocupação por Etapa do DII

Discriminação	Implantação		Expansão			
			1ª Fase		2ª Fase	
	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Zona Industrial	727.850	44,33	1.266.340	59,31	1.003.000	82,34
Administração e Serviços Básicos	161.875	9,86	137.930	6,46	-	-
Serviços de Apoio Rodoviário	4.500	0,27	-	-	-	-
Serviços de Apoio Industrial	69.300	4,22	101.900	4,77	-	-
Serviços Infraestruturais	80.660	4,91	-	-	-	-
Sistema Viário com Circulação de Pedestres	106.899	6,51	166.157	7,78	77.955	6,40
Áreas Verdes	490.771	29,90	462.718	21,68	137.145	11,26
TOTAL	1.641.855	100,00	2.135.045	100,00	1.218.100	100,00

FONTE: PDDII 1973

A implantação e ocupação do Distrito Industrial deveria seguir um conjunto de Normas formuladas com clareza, de modo a informar os direitos e deveres aos quais as empresas instaladas no Distrito estariam sujeitas, respondendo a Administração do Distrito Industrial.

O conjunto de Normas deveria se nortear através de diretrizes federais, estaduais e municipais, com o objetivo de promover a ocupação ordenada com o melhor aproveitamento do solo, permitindo a Administração conhecimento de cada empresa instalada quanto a possíveis demandas delas por equipamentos, o grau de periculosidade quanto à poluição, risco de incêndio, descarte de efluentes, etc. O Plano ressaltou a importância das Normas enquanto

garantia do funcionamento ótimo e harmonizado do Distrito Industrial, sem, no entanto, se apresentarem como entrave a instalação das empresas.

3.3.2 Planejamento Financeiro e Incentivos

Seguindo o planejamento do Distrito Industrial, a ocupação de sua área se daria em duas etapas a implantação e a de expansão. Para que o processo acontecesse de forma a atender as necessidades da atividade industrial, esta seria a primeira área a ser ocupada. Para tanto seria preciso planejar os gastos de forma eficiente, já que nessa etapa os investimentos com infraestrutura serão imprescindíveis à implantação das empresas industriais. Os maiores investimentos estavam previstos para os sistemas viários, de águas pluviais, de drenagem, abastecimento de água, esgoto, suprimento de energia elétrica e comunicações.

O custeio inicial do Distrito Industrial dos Imborés era de responsabilidade do Governo do Estado. As fontes de recursos previstos englobavam os recursos próprios do Governo do Estado, uma parte das receitas do Conselho Nacional de Petróleo, da contribuição de concessionárias de serviços públicos, receita da venda dos terrenos do Distrito Industrial para instalação das empresas e empréstimos financeiros.

As estimativas de investimentos foram baseadas, segundo o PDDII (1973), em outros trabalhos semelhantes, e seguiram a ordem dos interesses gerais do Distrito Industrial dos Imborés, conforme a tabela 8.

Tabela 8 - Aportes e Dispêndios de Recursos para o DII

Discriminação	Valor	
	Em Cr\$ 1.000	%
1. APORTES	3.317	100,0
-Recursos Próprios do Governo do Estado	1.357	40,9
-CNP (Conselho Nacional do Petróleo)	1.960	59,1
2. DISPÊNDIOS	3.317	100,0
-Plano Diretor	500	15,1
Elaboração	400	
Impressão	100	
-Sistema Viário	1.505	45,4
Projeto Executivo	105	
Obras	1.400	
-Saneamento	570	17,2
Projeto Executivo	70	
Obras	500	
-Energia Elétrica	220	6,6
Projeto Executivo	20	
Obras	200	
-Desapropriação	70	2,1
-Sede Administrativa	150	4,5
-Administração	302	9,1

FONTE: PDDII 1973

A tabela 8 mostra que a maioria dos recursos previstos era de origem do Conselho Nacional do Petróleo e que a maior parte dos dispêndios estava reservada para as obras do sistema viário.

A estimativa de investimentos do projeto obedeceu à ordem da programação das etapas de implantação e expansão do Distrito Industrial dos Imborés, conforme apresentado na tabela 9.

Tabela 9 - Programação de Desembolso Financeiro do DII

Discriminação	DISPÊNDIOS TRIMESTRAIS (Cr\$ 1.000)										TOTAL
	REALIZADO					A REALIZAR					
	1°	2°	3°	4°	subtotal	1°	2°	3°	4°	subtotal	
1.PLANO DIRETOR											
Elaboração	50	100	100	100	350	50				50	400
Impressão								100		100	100
2.SISTEMA VIÁRIO											
Projeto Executivo		105			105						105
Obras				850	850			550		550	1400
3.SANEAMENTO											
Projeto Executivo		70			70						70
Obras								500		500	500
4.ENERGIA ELÉTRICA											
Projeto Executivo			10	10	20						20
Obras								200		200	200
5.DESAPROPRIAÇÃO 1ª ETAPA						50	20			70	70
6.SEDE ADMINISTRATIVA									150	150	150
7.ADMINISTRAÇÃO	5	28	11	96	140	10	2	135	15	162	302
TOTAL	55	303	121	1056	1535	110	22	1485	165	1782	3317

FONTE: PDDII 1973

Foi previsto pelo Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés um custeio no valor de Cr\$ 3.317,00. Segundo Spinola (2003), atualizado a valores de 1996 seria equivalente a R\$ 2.677.556,00.

Foi descrito no Plano Diretor que além das vantagens infraestruturais oferecidas às empresas instaladas no Distrito Industrial dos Imborés, o programa contou com os instrumentos de incentivo a industrialização da região, oferecidos pelo Governo do Estado: incentivos fiscais, financeiros, extensão industrial e treinamento de mão-de-obra.

Os incentivos fiscais seriam concedidos através da redução de 60% do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria – ICM, durante 5 anos.

Os incentivos financeiros seriam concedidos através de linhas de crédito as empresas industriais pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia – DESENBANCO. Essas linhas de crédito deveriam se destinar a elaboração de projeto para implantação ou realocação das mesmas.

A extensão industrial seria oferecida pela Fundação Centro de Desenvolvimento Industrial – CEDIN com objetivo de prestar suporte técnico às empresas no tocante a estudos

de viabilidade do negócio, elaboração de projetos para financiamentos, orientação jurídica, técnica e administrativa, identificação de oportunidades industriais e treinamentos.

Quanto à formação e treinamento da mão-de-obra operária para o Distrito Industrial dos Imborés, ficou a cargo da Secretaria do Trabalho e Bem-estar Social, do SENAI, da Escola Técnica Federal e da Escola de Engenharia Eletromecânica.

3.3.3. Estrutura Administrativa Planejada

Na fase de elaboração e implantação do Distrito Industrial dos Imborés a administração ficou sob a responsabilidade do Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria de Indústria e Comércio que, segundo o PDDII (1973), instalou escritório na cidade a fim de acompanhar o processo.

No médio e longo prazo era esperado um grande número de empresas instaladas no Distrito, conforme descreve o Plano Diretor, tornando inevitável uma sede administrativa capaz de acompanhar de perto sua área física.

Dessa forma, a administração do Distrito Industrial dos Imborés foi definida em forma de autarquia estadual, vinculada a Secretaria da Indústria e Comércio e deveria ser constituída por um Conselho Diretor composto por representantes da administração estadual, municipal e dos órgãos de desenvolvimento econômico regional, aos quais caberia a criação das diretrizes políticas e a criação de uma Superintendência para exercer a função executiva.

3.4 - Oportunidades de investimento

Após apresentar as características do município de Vitória da Conquista, de sua área de influência e dos aspectos locacionais, destacaremos as oportunidades de investimento e de criação de unidades industriais no Distrito Industrial Imborés. Este tópico consideramos um dos mais importantes, pois era a indicação concreta da possibilidade de materialização do Distrito Industrial, bem como a consecução de um dos objetivos mais importantes para o desenvolvimento regional. Ou seja, a interligação das atividades produtivas primárias (agropecuária e mineral) da região com o processo de transformação e agregação de valor em Vitória da Conquista.

3.4.1 Relações Agropecuárias

- Algodão:

O estudo apontou que a região apresentava as condições climáticas e de solo ideais para a produção de algodão, por isso mesmo o algodão herbáceo era o principal produto agrícola da região com uma produção bastante expressiva em relação à produção total do Estado, 40% no período de 1967 a 1969. Os principais municípios produtores eram Brumado, Guanambi e Riacho de Santana.

Havia 23 empresas de beneficiamento do algodão em plumas na região que empregavam mais de 450 pessoas. Havia ainda duas empresas na região que fabricavam sabão e que utilizavam o óleo de algodão como matéria-prima.

A crescente demanda por algodão hidrófilo na Bahia que levava a importação do produto de outros Estados e a expressiva produção do algodão na região torna esta área uma forte opção para instalação de unidade para a fabricação de algodão hidrófilo. Uma empresa com capacidade produtiva de 50 toneladas por ano demandaria Cr\$ 1,2 milhão em investimento e empregaria 10 operários e com previsão de faturamento Cr\$ 1 milhão por ano. E ainda uma unidade de pequeno porte para o beneficiamento do algodão em fios, com 8.000 roscas, empregando 50 pessoas, num investimento de Cr\$ 7 milhões.

- Mandioca:

Os principais produtores apontados pelo estudo eram Caetité, Poções, Igaporã e Vitória da Conquista. A farinha de mandioca, principal produto extraído da mandioca na região, constituía um item da alimentação da população local, porém feita de forma muito rudimentar nas casas de farinha. A produção da região no de 1967 a 1969 representou 19,4% do total da produção total do Estado.

Foi elaborado um perfil que previa a extração de amidos existente na mandioca que poderiam ser utilizados por uma ampla diversidade de mercado alimentício, indústrias têxteis, de papel, adesivos, ingredientes abrasivos e outros, considerando que já haviam empresas no Estado demandando estes produtos.

Para uma fábrica de amido o investimento seria de Cr\$ 4 milhões e a sua capacidade máxima seria de duas toneladas por hectare funcionando 24 horas por dia e empregando 50 pessoas em todo o processo produtivo.

A produção de glicose extraída do amido da mandioca apresentava uma oportunidade industrial local, por uma futura demanda do produto apontada pela previsão da implantação

de cinco grandes curtumes com capacidade de até 1.000 couros/dia. A instalação de uma fábrica com capacidade de 2,5 mil toneladas/ano de glicose previa um investimento de Cr\$ 2,5 milhões e utilizando aproximadamente de 1,8 mil toneladas de amido de mandioca.

- Arroz e milho:

A produção de arroz da região, cultivada nos locais de solo mais úmido, Guanambi, Macarani, Itarantim, Itambé, Maiquinique e Poções, apresentavam crescente número de hectares cultivados e no período de 1967 a 1969 representou 40,3% da produção total do Estado.

No cultivo do milho destacaram-se os municípios de Riacho de Santana, Urandí, Pindaí, Jacarací e Mortugaba. A produção regional do milho no período de 1967 a 1969 representou 10,4% do total produzido no Estado.

O ideal seria a implantação de uma unidade de médio porte para beneficiamento dos produtos e melhor aproveitamento de seus subprodutos comuns ao milho e arroz.

- Banana:

O estudo indicou que a produção de banana da região concentrava-se nos municípios de Poções, Barra do Choça e Boa Nova, onde o clima e o solo ofereciam melhores condições e desenvolviam um produto de boa qualidade, que representou no período de 1967 a 1969 10,5% do total produzido no Estado. Diante disso considerou-se a implantação de empresas para produção de produtos elaborados a partir da banana com dois perfis de fábrica para atender o mercado nacional e internacional, uma vez que não havia a produção do gênero no Estado.

Um dos projetos previa a fabricação da farinha de banana, com capacidade de processamento de 5 toneladas de por ano e empregando 68 pessoas, estimando um investimento de Cr\$ 2,5 milhões e prevendo 68% de lucro sobre o investimento.

No outro caso a fábrica seria de doce de massa com processamento de 20 a 30 toneladas de banana por dia, com investimento de Cr\$ 1,2 milhões e a criação de 20 empregos.

- Laranja:

A cultura da laranja na região encontrou condições climáticas favoráveis apresentando como principais produtores os municípios de Poções, Nova Canaã, Encruzilhada e Macarani. A produção no período de 1967 a 1969 representou 15,3% da produção total do

Estado, diante dessa realidade considerou-se a possibilidade da região receber uma empresa de processamento de frutas cítricas e de extração de óleo da casca de limão.

A primeira com capacidade de processamento de 1,5 toneladas de suco concentrado e previsão de Cr\$ 6 milhões de investimento, e associada a esta atividade é que surge a oportunidade de instalação de uma fábrica de extração do óleo da casca de limão com um investimento menor, cerca de Cr\$ 400 mil e criando 20 empregos.

- Madeira:

Segundo dados da época, a região contava com 2 milhões de hectares do total das reservas do Estado, em que estavam muitas espécies de árvores. O Estudo apontou a existência vários estabelecimentos de serraria na região com aproveitamento bastante baixo de madeira. Esse fato unido a crescente demanda por móveis, tanto a nível regional quanto estadual, tornavam grandes as possibilidades de se instalarem empresas de fabricação de lâminas de madeira de lei, de folhas de compensado e aglomerado de madeira no Distrito Industrial dos Imborés.

- Pecuária:

Apesar de a bovinocultura apresentar-se como predominante na pecuária da região, a criação de suínos, caprinos e ovinos também era bastante expressiva. O rebanho de bovinos em número mais expressivo nos municípios de Itapetinga, Macarani e Itarantim, sendo Itapetinga o maior rebanho, representava no ano de 1968 21,9% do contingente estadual. A criação destinava-se principalmente para o abate.

O Plano salienta que, embora a pecuária oferecesse uma gama de oportunidades para a região, tanto com a carne, o leite, o couro e tantos subprodutos vindos dos animais, as precárias condições dos abatedouros e a falta de condições de conservação do leite e outros desperdiçavam as várias possibilidades de ganho econômico.

Neste sentido, apresentava-se a oportunidade de instalação de abatedouro com capacidade para abater 300 animais por dia durante 8 horas. O investimento foi orçado em Cr\$ 13 milhões e teria capacidade para atender ao mercado local e as demais regiões. Havia ainda a possibilidade da instalação de empresa do setor de curtume visando aproveitar o couro do abate com capacidade de processar entre 350 a 500 couros/dia. Um empreendimento desse porte demandaria um investimento de Cr\$ 12 milhões.

O plano definiu a produção de leite como boa em oferta e com custos relativamente baixos, indicando oportunidade para a instalação de um laticínio moderno para produção de manteiga, queijo e iogurte.

3.4.2 Relações Minério/indústria

Dados constantes no PDDII apontaram a existência de muitos minérios na região, alguns dos quais já havia sendo extraído em escalas expressivas nacionalmente, como era o caso da magnesita. Porém o que chama a atenção é a quantidade de minérios existentes na região possíveis de exploração e de amplo aproveitamento na indústria: talco, manganês, diatomito, sílica, calcário, mica entre outros.

O Plano Diretor considerou de grande importância a jazida de magnesita existente na região e em vista de que é um dos principais componentes para fabricação de material refratário básico para revestimento de fornos de aço e tijolos, foi levantada a possibilidade de instalação de uma fábrica de refratários básicos no Distrito Industrial dos Imborés. Em um levantamento da Secretaria da Indústria e Comércio, verificou-se um mercado consumidor no Estado de 22 empresas que consumiam 450.000 tijolos refratários, que na oportunidade era atendido por empresas de Minas Gerais e São Paulo. Na oportunidade levantou-se a necessidade de produção de 1,5 milhões de blocos para atender a demanda estadual e com previsão de investimento de Cr\$ 3,5 milhões.

Outra oportunidade apontada pelo estudo foi a refinação de manganês que se apresentava como um processo complexo e de alto custo de investimento e mão-de-obra especializada. O intuito era de atender a demanda de duas grandes empresas baianas que utilizavam o manganês em seu processo produtivo: a SIBRAS, que utilizava 215.000 toneladas/ano e FERBASA que consumia 24.000 toneladas/ano. A previsão era de que um pequeno projeto instalado em Vitória da Conquista da ordem de Cr\$ 10 milhões seria capaz de criar 150 vagas de trabalho, sendo 100 especializadas.

A produção de silicato de soda, a partir da sílica, também foi apresentado como uma oportunidade de indústria para o Distrito. O produto seria utilizado na fabricação de sabões, colas, detergentes e também na fundição.

A qualidade do calcário existente em Vitória da Conquista se apresentava com características favoráveis à fabricação de tinta em pó hidrossolúvel. Nesse contexto, foi levantado o perfil de uma indústria de tintas com a capacidade produtiva de 2,5 milhões de toneladas/ano, com um investimento de Cr\$ 1,5 milhões. Havia ainda a possibilidade de uma

empresa para produzir carboreto de cálcio, com capacidade produtiva de 1 milhão de toneladas/ano, prevendo um investimento de Cr\$ 1,5 milhões.

A questão era tornar possível a instalação de indústrias no distrito para transformar esses minérios em produtos, já que os investimentos, na maioria dos casos se apresentavam altos e exigiam produção em alta escala e mão-de-obra altamente especializada. O quadro 1 sintetiza as potencialidades locais identificadas como possíveis indústrias.

Quadro 1 – Síntese das potencialidades Industriais da Região - 1973

INSUMO BÁSICO	UNIDADE INDUSTRIAL - POTENCIALIDADES
Algodão	*Uma empresa com capacidade produtiva de 50 toneladas de algodão empregaria 10 operários. *Uma unidade de pequeno porte beneficiadora do algodão em fios;
Mandioca	*Uma fabrica de amido com capacidade máxima de duas toneladas por hectare e empregando 50 pessoas em todo o processo produtivo. *Uma fabrica de <i>pallets</i> de mandioca. *Uma fabrica de glicose a partir do amido da mandioca com capacidade de 2,5 mil toneladas/ano.
Arroz e Milho	* Uma unidade de médio porte para beneficiamento dos produtos e subprodutos comuns ao milho e arroz.
Banana	*Uma fabrica de farinha de banana, com capacidade de processamento de 5 toneladas de por ano e empregando 68 pessoas. *Uma fabrica de doce de massa com processamento de 20 a 30 toneladas de banana por dia e a criação de 20 empregos.
Laranja	*Uma fabrica com capacidade de processar 1,5 ton. de suco concentrado. *Uma extratora do óleo da casca de limão, criando 20 empregos.
Madeira	*Uma empresa de fabricação de lâminas de madeira de lei, de folhas de compensado e aglomerado de madeira.
Pecuária	*Um abatedouro com capacidade para abater 300 animais por dia. *Um curtume para aproveitar o couro do abate, com capacidade de processar entre 350 a 500 couros/dia. *Um laticínio moderno para produção de manteiga, queijo e iogurte.
Magnesita	*Uma fabrica de refratários básicos produtora de 1,5 milhões de blocos. *Uma unidade de refinação do manganês empregando 150 pessoas.
Sílica	*Uma unidade produtora de silicato de soda.
Calcário	*Uma indústria de tintas com a capacidade produtiva de 2,5 milhões de toneladas/ano. *Uma empresa produtora de carboreto de cálcio, com capacidade produtiva de 1 milhão de toneladas/ano.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PDDII 1973.

As atividades existentes na área de influência de Vitória da Conquista foi fator relevante para determinar a região como centro polarizado e capaz de promover o

desenvolvimento econômico através da industrialização, estabelecendo vínculos produtivos dentro da região.

3.5 O Distrito Industrial dos Imborés: início das atividades

Inaugurado em 1975 o Distrito Industrial dos Imborés contava com algumas empresas em funcionamento no local, que tiveram o início de suas atividades anterior ao projeto do Distrito. A existência dessas empresas no local, como já foi dito, contribuiu para a localização do Distrito Industrial.

Foto 1 - Imagem aérea do DII em 1975.



Fonte: <http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/>

Embora o Plano Diretor tenha apontado a existência de duas empresas no local de instalação do Distrito, CIEMIL e SUISA S/A, existia também a indústria de Sabões Teiú do grupo Marinho de Andrade que já estava instalada no local desde 1957, onde se encontra até a presente data. Na foto 1 é possível visualizar as instalações da empresa no local.

Até o final da década de 1970 outras empresas se instalaram no Distrito, dentre elas pode-se apontar a Laticínios Vitória da Conquista S.A. (LAVISA) inaugurada em 1978 com modernas instalações para a época.

Foto 2 – Instalações da LAVISA - 1978



Fonte: <http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/>

Foto 3 – Inauguração da LAVISA - 1978



Fonte: <http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/>

A foto 3 mostra a o primeiro balde de leite derramado na máquina da LAVISA em sua inauguração. Embora não exista mais, a empresa representou um importante empreendimento na época.

Durante a década de 1970 e 1980 o distrito recebeu empreendimentos de vários setores industriais, alguns existem no local até os dias de hoje, como é o caso da fabrica de refrigerantes, o Sabão Teiú, a CIEMIL, a IMACICOL entre outros. Outros tantos funcionaram por algum tempo e deixaram de funcionar, alguns por falta de viabilidade do empreendimento, outros por questões conjunturais.

O fato é que desde sua inauguração, em 1975, o Distrito Industrial dos Imborés não promoveu a dinâmica esperada para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TEORIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO VERSO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS.

O objetivo deste trabalho foi discutir o processo de implantação do Distrito Industrial dos Imborés no município de Vitória da Conquista, no início da década de 1970. A problemática que orientou o estudo esteve focada no processo de implantação observando a aplicação da teoria dos polos, levando em consideração que os objetivos almejados no planejamento não foram alcançados. A hipótese levantada é de que o projeto não obedeceu às condições exigidas pela teoria.

A análise cuidadosa das teorias que orientaram a política de desenvolvimento regional, na década de 1960 até o final da década de 1970, permitiu o conhecimento das recomendações e explicações teóricas sobre o desenvolvimento regional que orientaram os planejadores do programa de industrialização da Bahia.

A teoria do polo de Perroux foi utilizada para elaboração dos distritos industriais. A teoria preconiza o desenvolvimento regional a partir de polos industriais inovadores, com relações intersetoriais e que tem como indutor do crescimento uma indústria motriz.

No primeiro capítulo explicitamos as teorias que serviram de base para o processo de industrialização da Bahia. Em sequência, no segundo capítulo, descrevemos a situação industrial do Estado da Bahia, do momento de superação do chamado “enigma baiano” nos anos 1940, até os anos de 1970 com a decisão da instalação de Distritos Industriais no interior do Estado.

No terceiro capítulo discorremos sobre o processo de implantação do DII. Em seguida, nas considerações finais, analisamos as causas do insucesso do Distrito Industrial cotejando as formulações teóricas sobre o processo de industrialização da época e o processo de implantação do DII.

Como foi observado no primeiro capítulo, uma das questões característica e condição indispensável de um polo crescimento é a indústria motriz. Ela teria o papel de indutora do crescimento, promovendo a difusão setorial e espacial, tendo o poder de mudar a estrutura econômica e social do local onde atua de forma a promover o desenvolvimento. No caso do Distrito Industrial dos Imborés não existia no PDDII uma preocupação quanto à instalação de uma empresa com as características de indústria motriz e sim de implantação de várias pequenas indústrias.

Por consequência os benefícios provenientes da ação da indústria motriz são perdidos, principalmente a polarização tecnológica que pode impulsionar as demais

atividades. A polarização psicológica e geográfica também são outras perdas significativas, já que elas dão ideia de uma atmosfera favorável à vinda de novas empresas para o local.

As indústrias instaladas no DII são todas de pequeno e médio porte e não tem força de indução da atividade industrial no distrito industrial. Não existe qualquer relação de troca entre elas seja comercial, compra e venda de insumos e produtos necessários a seu processo produtivo, ou seja, na difusão tecnológica e ou de informações, já que a maioria delas apresenta atividades bem diferentes uma da outra.

Outro fator condicionante da teoria do polo de crescimento é a da existência de canais de integração que promovam a difusão do crescimento e a inter-relação das atividades. Neste ponto o PDDII aponta Vitória da Conquista como um município privilegiado tanto pela posição em relação à malha viária do Estado quanto por ser um dos municípios mais bem servidos do Estado pelo sistema de telefonia (meio de comunicação mais utilizado na época). Porém não se observa uma relação clara quanto ao estabelecimento de municípios fornecedores de insumos para a indústria e de municípios compradores dos produtos da indústria. O PDDII aponta possíveis potencialidades locais na produção de insumos para indústria, principalmente minérios, mas deixa quase que explícito a inviabilidade do empreendimento na região pelo alto custo de investimento. Por outro lado, levanta a possibilidades da implantação de empresas industriais que aproveitassem principalmente a produção agrícola da região. No entanto o que se observa é a instalação de indústrias diversas que não utilizam em seu processo de produção os produtos da região como insumo.

O PDDII também apresentou uma triste realidade quanto à qualificação da força de trabalho da região. O baixo índice de escolaridade da população e a quase inexistência de pessoas com nível superior de ensino, deixa claro o baixo nível de qualificação da mão-de-obra local e a deficiência de faculdades e redes de pesquisa e tecnologia. Esse seria um dos fatores que causaria uma evasão dos efeitos de encadeamento, caso houvesse uma demanda por empregos qualificados. A baixa qualificação da mão-de-obra determina o tipo de indústria que se instalaria na região, na maioria empresas no ramo alimentício sem muita demanda de pessoal qualificado para o trabalho, com baixa remuneração, utilizando pouco recurso tecnológico, cujo produto tem baixo valor agregado.

A educação precária da população explica, não apenas o nível de pobreza da maior parte da população, mal remunerada por falta de especialização, mas explica também a falta de um empresariado com perfil de empreender atividades industriais. A maioria do empresariado da região se mostrava com vocação comercial. Isso explica porque Vitória da Conquista na época foi classificada como segundo centro comercial do interior do Estado.

Segundo a teoria é necessário que haja inovação para que a atividade industrial possa dinamizar a economia local. O encadeamento da inovação cria uma rede de ligação entre as atividades, que beneficia toda a atividade econômica. Para tanto é necessário que haja empresas com perfil inovador, por consequência, empresários com tal perfil. Não se observa no caso do Distrito Industrial dos Imborés, a existência de empresários com perfil inovador na região.

Outro ponto imprescindível para o sucesso no processo de industrialização de uma região, não só para atender a teoria do polo de crescimento, mas para qualquer estratégia de industrialização aplicada, é existência de infraestrutura local adequada para atender a contento as demandas da atividade industrial.

Como foi apresentado no PDDII, a infraestrutura do município de Vitória da Conquista foi considerada uma das melhores do interior do Estado, o que não significa necessariamente que a sua situação infraestrutural era suficiente ou adequada para receber um empreendimento como o DI e impulsionar a atividade industrial na região.

Quanto à existência de um mercado consumidor local forte e capaz de absorver a produção de bens finais, a região não fugiu a realidade do restante do Estado, onde a renda da população era muito baixa, explicada tanto pela população predominantemente rural cuja atividade agregava pouco valor ao produto quanto pela baixa escolaridade da força de trabalho. O PDDII relata grande parcela da população encontrava-se desempregada e os que estavam empregados, a maioria trabalhava no comércio com baixa remuneração ou em subempregos nos setores de prestação de serviços.

Esta situação não permitia a população o consumo de itens industrializados, portanto não havia a realidade de um mercado consumidor local capaz de garantir a demanda por produtos da indústria.

Nos dados apresentados pelo PDDII é possível visualizar as condições pouco satisfatórias de infraestrutura, principalmente no que diz respeito ao abastecimento de água e sistema de esgoto, tanto para a população quanto para atender as necessidades da indústria. Grande parte da população não tinha acesso ao sistema de água tratado, utilizando cisternas artesanais e o número de residências a dispor de sistema de esgoto era muito pequeno, mostrando a situação precária da saúde da região.

Não existia qualquer apontamento de que haveria um sistema de esgoto para tratamento dos dejetos dos processos industriais. O desabastecimento de água, proveniente dos períodos de longas estiagens, também representava um entrave na industrialização da região. Esses dois fatores tornam inviável a instalação de empresas que demandem muita água

em seu processo produtivo ou que necessitem de sistema especial de tratamento de dejetos resultantes do processo de produção.

O PDDII apresenta no planejamento financeiro do DII a programação de gastos e investimentos em cada etapa. É possível identificar que a maioria dos recursos foram destinados aos gastos com a infraestrutura do local onde seria instalado o DII, incluindo fatores que deveriam existir quando da escolha do local.

Nesse sentido, os incentivos previstos se mostraram importantes fatores para atração de empresas para o DII, porém não seria o suficiente para determinar a vinda de tais empresas, visto que as demais condições (infraestrutura, mão-de-obra e tecnologia) eram deficientes. Muitas empresas da região preferiram se instalar ou permanecer instaladas nas áreas urbanas próximas ao centro comercial das cidades.

Spinola (2001) relata que a teoria dos polos foi adotada pelo Governo com uma equivocada garantia de certeza de desenvolvimento regional, quando na verdade apresentava-se apenas como possível. A simples aplicação da teoria com implantação de polos era pregada como instrumento capaz de corrigir as distorções regionais existentes na época, o que despertou grandes expectativas em todo país, quando na verdade não havia garantias de seu sucesso.

Em outras palavras: a teoria dos polos descreve a dinâmica do funcionamento de algo cuja existência é simplesmente constatada, mas nada diz sobre as condições prévias necessárias para o surgimento daquilo cujo funcionamento ela descreve (SPINOLA, 2001, p. 39).

A teoria dos polos seria uma contemplação dos fatos ocorridos nos polos, descrição não só dos fatos como das características comuns entre eles. Tal descrição não deveria ser transformada em uma fórmula de aplicação para promoção do desenvolvimento regional, muito menos poderia ser aplicado de modo generalizado, sem levar em consideração que cada região possui características socioeconômicas, culturais e urbanas tão diferentes.

A crítica de Spinola (2001) consiste na afirmação de que para implantar um polo não basta criar as condições que a teoria explica como necessárias para que ele funcione, mas é necessário, antes de tudo que existam condições para que ele seja de fato um polo.

As condições apresentadas pela teoria como condicionantes para o funcionamento do polo são capazes de dinamizar a atividade econômica de toda região, caso exista de fato o polo. A existência do polo não pode ser simplesmente imposta pela criação de um espaço físico propício a implantação de indústrias. É necessário que já existam condições, relações e características de um polo naquela região. Isso engloba condições socioeconômicas,

infraestruturais, relações intersetoriais, a existência de um mercado interno entre outros. Essas questões não se resolvem com a implantação de um DI, muito menos em curto prazo.

Contrapondo às formulações de Spinola, Souza (1993b) relata que a aplicação correta do modelo contido na teoria dos polos poderia sim apresentar resultados satisfatórios para o desenvolvimento regional.

O problema, segundo Souza (1993b), reside no fato de que há uma confusão na aplicação dos termos explicados na teoria dos polos de Perroux. Como por exemplo, indústria-chave e indústria motriz, polo de crescimento e polo de desenvolvimento. Estas confusões de termos parecem simples, mas na prática podem comprometer o resultado de uma política de desenvolvimento regional.

A teoria dos polos condiciona-se a existência de relações fortemente capitalistas, com eficientes canais de difusão que promovam o sucesso dos polos, segundo Souza (1993).

Para Souza, é necessário que haja todas as condições que caracterizam o polo, como já vimos, a principal é a existência de uma indústria motriz, outra é a integração setorial e espacial. Sem uma delas, a teoria não estaria sendo aplicada de forma correta.

Souza (1993) estabelece diferenciação entre polo de crescimento e polo de desenvolvimento, considerando que o último tem poder dinamizador de promover mudanças estruturais no local onde está implantado. Portanto, ele considera que estabelecidas às condições necessárias requisitadas na teoria do polo os resultados seriam reais.

Podemos concluir que ambos os autores deixaram claro que, garantido ou não o resultado satisfatório da teoria dos polos, em específico a implantação dos Distritos Industriais, a aplicação da teoria exige uma série de pré-requisitos básicos para promoção da atividade industrial como fomento de desenvolvimento regional, uma vez que a própria caracterização da teoria estaria condicionada a existência desses fatores.

Analisados os preceitos da teoria e os dados contidos no Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés, é notória a ausência ou precariedade de muitos desses fatores. O que se pode dizer é que, talvez, se todos os fatores apontados pela teoria como necessários ao funcionamento do polo, ou mesmo a existência dele, estivessem presentes na região, quando da implantação do Distrito Industrial dos Imborés, os objetivos almejados com sua instalação pudessem ser alcançados de forma satisfatória.

Os distritos industriais assumem seu papel mecanismo de apoio na política de interiorização do desenvolvimento. Sua caracterização é condicionada a sua criação de origem do poder público, na política de parcelamento do solo estrategicamente infraestruturado para atrair e concentrar indústrias.

Spinola afirma que os tais fatores podem tentar induzir a localização das indústrias, mas não determinam a localização, ou mesmo a concentração das mesmas. Salienta ainda, que é necessário considerar fatores exógenos da economia nacional que podem influenciar na localização de novos empreendimentos, em especial a distribuição de renda muito desigual e um parque industrial voltado para produção de bens intermediários. Segundo Spinola, ambos os fatores convergem para uma aglomeração espacial da indústria. A tendência é a aglomeração das atividades em poucos pontos do território.

Na contramão dessa lógica surge a política de desconcentração industrial com a proposta da criação dos Distritos Industriais na tentativa de corrigir essas distorções regionais. O objetivo era a criação de polos secundários de crescimento que se comunicassem articuladamente com os polos principais.

Na visão de Spinola os Distritos já nasceram limitados ao insucesso porque, segundo ele, os DI foram concebidos a partir de uma vontade política, desprovida de uma realidade econômica capaz de se apresentar como vantagem locacional ou dotada de fatores que respondessem ao arcabouço teórico que respalda a citada política.

A vontade política se sobrepôs ao fato econômico e assim, em tempo recorde o incipiente sistema de planejamento estadual de enfoque precocemente desconcentrador, que promoveria, se pudesse vingar concretamente, a dispersão da indústria incentivada com isenções fiscais em muitos pontos isolados da Bahia, desde a área do entorno da capital a novas regiões interioranas, com repercussões sobre a capacidade da RMS de construir em volta do parque produtor de intermediários, um conjunto de externalidades positivas, econômicas, de aglomeração e de escala a serem aproveitadas por novas empresas, conformando um setor industrial de peso no contexto nacional (SPINOLA, 2003, p.203).

A crítica do autor se dirige a escolha das áreas contempladas com a implantação dos Distritos Industriais, que segundo ele, levou mais em consideração a hierarquia das cidades em termos de dimensão populacional, localização no sistema viário e áreas de influência das atividades produtivas, ignorando fatores necessários a localização industrial planejada.

A teoria do polo de Perroux foi utilizada para elaboração dos distritos industriais. A teoria preconiza o desenvolvimento regional a partir de polos industriais inovadores, com relações intersetoriais e que tem como indutor do crescimento uma indústria motriz.

Os dados obtidos a partir deste estudo permitiram observar que o Distrito Industrial dos Imborés não alcançou os objetivos almejados, uma vez que não conseguiu promover as relações intersetoriais, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento dos recursos agropecuários e minerais locais, o número de mão-de-obra empregada nas empresas instaladas no DII é insignificante se comparado ao número total de empregos do município.

O fato do DII não ter cumprido seu papel de promotor do desenvolvimento local, a partir da industrialização se deve a uma série de questões. A questão que ficou mais clara neste estudo foi o fato de não se haver atendido as premissas condicionantes da teoria para a caracterização de polo. Os problemas estruturais da região não permitiram o atendimento a contento das condições preconizadas na teoria. Além das deficiências naturais e estruturais da região, importantes fatores condicionantes ao sucesso da teoria foram negligenciados, como podemos citar o caso da indústria motriz que não aparece referenciada no projeto de implantação do DII.

Embora Spinola (2001) tenha afirmado que a teoria do polo é capaz de explicar o funcionamento do polo sem, no entanto, explicar como e porque ele surge, e que sua aplicação mesmo que seguindo todas as indicações não há resultado “garantido” e sim resultado “possível”, é importante observar que no caso do DII a teoria não teve se quer a chance de se apresentar como possível dada o enorme distanciamento da original proposta.

O Plano Diretor apresentou em seu relatório que a criação da atividade industrial se apresentava como solução para dinamizar o desenvolvimento da região, portanto, a instalação do Distrito seria o marco fundamental.

Embora o Distrito não tenha conseguido atingir seus objetivos, mesmo sem a ajuda da atividade industrial, a cidade não deixou de crescer. Esse fato contradiz a lógica da teoria aplicada na concepção do Distrito Industrial dos Imborés, e que orientava o pensamento de desenvolvimento regional na época, de que a solução para o desenvolvimento repousava sobre a industrialização.

A proposta inicial de promoção da industrialização apontava para o aproveitamento das potencialidades que foram identificadas pelos estudos, mas isso não aconteceu. Nenhuma das indústrias propostas foi concretizada. Ora pela inviabilidade técnica da região, ora pela falta de investimento e incentivos que também não aconteceu como planejado.

Spinola (2003) considerou que o projeto e sua implantação aconteceram de forma verticalizada e autoritária, já que nem o empresariado local e nem a população participou do planejamento.

A crítica mais comum às políticas de desenvolvimento regional é a de que os projetos, na maioria importados de outros países, não levam em consideração as particularidades do local onde são implantadas. Nesse ponto não se pode acusar o Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés de omissão as características locais, pois as propostas apresentadas por ele estavam apoiadas em estudos realizados na região levaram em consideração as possibilidades locais: a agropecuária e mineral existente na região. Nesse

ponto, pode-se considerar o PDDII (1973) como instrumento de estudo ainda válido para viabilização da atividade industrial da região.

Os estudos se debruçaram sobre as potencialidades da região, mas não levaram em consideração o perfil empresarial local, muito menos foi considerada a opinião ou expectativas locais. Esse fato apresentou-se como mais um ponto negativo na implantação do DII.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Edinalva Padre ET alli. **Política: O Poder em Disputa – Vitória da Conquista e Região.** Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista e UESB, 1999. Série Memória Conquistense. Vol. 4. p. 96-99.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia – Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas.** 1972. 110p. Rio de Janeiro, 1972.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Créditos e Desenvolvimento Regional: O caso do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia.** 2004. 235 f. Tese (Doutorado em Administração) Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização.** 2007, 24f.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL- CAR. **Espaço e Indústria no Semi-Árido Baiano.** Salvador: 1995. 121 p. (Cadernos CAR, 13).

CRUZ, Rossine. Marcos Teóricos para a reflexão sobre as Desigualdades Regionais – Uma Breve revisão da Literatura. **REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,** Salvador – BA. nº 3, Janeiro de 2000. p. 54-66.

DARZÉ FILHO, Elias. **A Problemática da Verticalização com Adensamento e Articulação da Estrutura Industrial da Bahia.** 2002. 24 f. Dissertação (Pós-Graduação em Economia) Universidade Salvador, Salvador, 2002.

FERNANDES, Luis. **A LAVISA Foi Inaugurada em 1978.** 2011. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/2011/08/distrito-industrial-dos-imbores.html>. Acesso em: 28 de setembro de 2012.

_____. **O Café foi Implantado em Conquista no Início da Década de 1970.** Disponível em: http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/2010/12/historia-do-cafe-em-conquista_05.html. Acesso em: 28 de Setembro de 2012.

_____. **Sapatarias do Passado.** 2010. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/2010/11/sapatarias-do-passado.html>. Acesso em: 28 de Setembro de 2012.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Thomson Learning, 2006. p. 1-13.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Diretor do Distrito dos Imborés Vitória da Conquista,** Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1973.

_____. Superintendência de Desenvolvimento da Indústria e Comércio. **Relação de Indústrias do DII por setor – 2011**. Vitória da Conquista: 2011.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: Uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003, 217 p.

NUNES, Paulo. **As Primeiras Indústrias em Vitória da Conquista**. 2008. Disponível em: http://blogdopaulonunes.com/noticias_especificas2008a/20080308_noticia_08.htm. Acesso em 28 de setembro de 2012.

PASSOS, Dermeval. Região Sudoeste da Bahia: A Organização do Espaço Econômico. **SITIENTIBUS - Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**, Feira de Santana, n. 27, p. 131-158, jul./dez. 2002.

PESSOTI, Gustavo Casseb. **Um Estudo da Política Industrial na Bahia entre 1950 e 2005**. 2008, 187f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) Universidade Salvador, Salvador, 2008.

SANTOS, Luciano Damasceno. **Concorrência e Cooperação em Arranjos Produtivos Locais: O Caso do Pólo de Informática de Ilhéus/BA**. 2005, 150f. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SARMENTO, Alexandre Dellamura. **Etapas do Desenvolvimento Econômico no Brasil – Um Exercício Rostowiano**. 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: Povoamento e Posse do Interior da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2001. 220 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: 1993.

_____. Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil. **Revista Análise Econômica**. UFRGS, nº 19, p. 29-58. 1993b.

_____. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, Roberta Lourenço de; PACHECO, Fabiana. A Política de Atração de Investimentos Industriais na Bahia: uma breve análise. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n. 107, p. 13-20, Abr. 2003.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A implantação de Distritos Industriais Como Política de Fomento ao Desenvolvimento Regional: O Caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador – BA. nº 4, Julho de 2001. p. 28-48.

_____. O PLANDEB. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador – BA. nº 20, Julho de 2009. p. 15-29.

_____. Política de Localização Industrial e Desenvolvimento Regional: A Experiência da Bahia. UNIFACS – Departamento de Ciências Sociais aplicadas II – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Salvador: 2003. 342 p.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. **50 Anos da Industrialização Baiana:** do Enigma a uma Dinâmica Exógena e Espasmódica. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, Salvador – BA, SEI v.10, nº 1, p. 87-98, Jul 2000.

ANEXO 1 – RELAÇÃO DE EMPRESAS DO DII POR SETOR - 2011

**G E R E V - DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS.****PERFIL INDUSTRIAL.****AGOSTO DE 2011.**1. ALIMENTOS

- AGROINDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ BAHIA LTDA.
M. Obra: 51;
- BOLA 7 IND. E COM. BENEF. E EMPACOTAMENTO DE CEREAIS LTDA.
M. Obra: 04.
- D. S. ALIMENTOS LTDA.
M. Obra: 90.
- MARGUTTI MATHIAS IND. E COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
M. Obra: 42.
- COMERCIAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS COSTA LTDA
M. Obra: 04.

2. AGROINDUSTRIAL DE MUDAS FLORESTAIS

- AFLORE – ASSOC. REPOSIÇÃO FLORESTAL DO SUDOESTE.
M. Obra: 07.

3. ARMAZENAGEM E COMERCIALIZAÇÃO DE CAFÉ

- ARMAZENS GERAIS MARATÁ LTDA.
M. Obra: 15
- SANTA CLARA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
M. Obra: 02
- UNICAFÉ – CIA. DE COMÉRCIO EXTERIOR.
M. Obra: 22.
- SUMATRA LTDA.
M. Obra: 05.

4. CERÂMICA

- CERÂMICA ABC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
M. Obra: 44.

5. COSMÉTICOS

- REVANI COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
M. Obra: 07.

6. C D – CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO

- EBAL – EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS S/A. - UNIDADE 1.
M. Obra: 45.

7. COMÉRCIO DE GLP.

- BRASILGÁS BAIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.
M. Obra: 28.
- KEMIGÁS – COMÉRCIO DE GÁS BAHIA LTDA.
M. Obra: 58..
- SUDOESTE DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.
M. Obra: 12.

8. CONFECÇÕES

- ASCOVIC – ASSOCIAÇÃO DE COSTUREIRAS DA VILA SERRANA 1.
M. Obra: 26
- COOPVEST – COOP. MISTA DE PROD. DE CONFECÇÕES DO SUDOESTE DA BAHIA.
M. Obra: 08

9. EMBALAGENS PLÁSTICAS

- CESBAP – CENTRO SUL BAHIA PLÁSTICOS LTDA.
M. Obra: 38;
- CHIACCHIO INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.
M. Obra: 79;
- ENGEFLEX BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
M. Obra: 226.
- PLASCHIO – PLÁSTICOS CHIACCHIO LTDA.
M. Obra: 86.
- ROCHA TERMOPLÁSTICOS IND. E COM. LTDA
M. Obra: 32.

10. CONSTRUÇÃO, ESTRUTURAS E COBERTURAS METÁLICAS

- AÇONOBRE – EDIFICAÇÃO E ESTRUTURA METÁLICA LTDA.
M. Obra: 51.
- COEMIC – COM. E IND. DE ESTRUTURAS E COBERTURAS METÁLICAS LTDA.
M. Obra: 30;
- MARIAL CONSTRUÇÕES LTDA.
M. Obra: 53.
- ZÓKIS – COBERTURAS METÁLICAS LTDA.
M. Obra: 14.

11. LATICÍNIOS

- COOPERLEITE – COOP. DE PRODUTORES DE LEITE DE VITÓRIA DA CONQUISTA
M. Obra: 13.

12. MINÉRIOS

- CIEMIL – COM. E IND. E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.
M. Obra: 49.

13. MÓVEIS ESTOFADOS, COLCHÕES E ESPUMAS.

- ADRIANO SILVA RAMALHO - DIVILUX.
M. Obra: 35.
- IEDA MARIA FREIRE – ESTOFADOS BELLO.
M. Obra: 60.
- ESTOFADOS FERNANDES LTDA.
M. Obra: 38.
- ESTOFADOS SUDOESTE LTDA.

- M. Obra: 57.
- IND. E COM. DE COLCHÕES E ESTOFADOS FLEX LTDA.
- M. Obra: 05.
- IND. E COM. DE ESTOFADOS GLÓRIA LTDA.
- M. Obra: 37
- LEONARDO HERVETON RAMALHO LEITE
- M. Obra: 10.
- M.A. MOVÉIS LTDA
- M. Obra: 10
- IDEC ESPUMAS DE CONQUISTA LTDA
- M. Obra: 04.
- TUBOS FLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- M. Obra: 24.

14. PRÉ-MOLDADOS DE CIMENTO E MÁRMORES.

- COMCREPART – IND. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.
- M. Obra: 11.
- IMACICOL – IND. DE MÁRMORES E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.
- M. Obra: 22.

15. PIAS E TANQUES DE FIBRA SINTÉTICA.

- B R FIBRAS LTDA.
- M. Obra: 10.

16. PRODUTOS DE LIMPEZA.

- COMOLIMPA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
- M. Obra: 70.
- SANTANA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.
- M. Obra: 08
- TEIÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
- M. Obra: 254.
- UNIDOS – INDÚSTRIA DE SABÃO LTDA
- M. Obra: 24.

PRODUTOS ESPORTIVOS.

- DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
- M. Obra: 878
- DILLY CALÇADOS S/A.
- M. Obra: 1090..

17. RECICLAGEM DE PLÁSTICOS

- RECPLAST – RECICLAGEM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- M. Obra: 58.
- EVALDO SOUZA ROCHA - UTILTEC
- M. Obra: 15.
- HANDY COMPOSTOS DO NORDESTE LTDA.
- M. Obra: 15.

18. REFRIGERANTES.

- NORSA – INDÚSTRIA DE REFRIGERANTES LTDA.
- M. Obra: 382.

19. SERVIÇOS DIVERSOS.

ARAS – ASSOC. REVEND. PROD. AGROTÓXICOS.

M. Obra: 03.

LUZ VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

M. Obra: .40

TRANSPORTADORA KAIOKA LTDA.

M. Obra: 48.

20. TUBOS, MANGUEIRAS E VÁLVULAS DE DESCARGA

KEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA – MATRIZ.

M. Obra: 165.

KEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA – FILIAL.

M. Obra: 14.

RAMALHO LEITE E ROCHA LTDA.

M. Obra: 21.

21. INDÚSTRIA DE RAÇÕES

MATSUDA MINAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

M. Obra: 52.

22. INDÚSTRIA DE VIDROS


V. H. COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE VIDROS ESPECIAIS LTDA.

M. Obra; 43.

ANEXO 2 – MATÉRIA SOBRE INAUGURAÇÃO DA LATICÍNIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA S/A (LAVISA).

segunda-feira, 7 de fevereiro de 2011

Lavisa

Visualizações deste post:  <http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/2011/08/distrito-industrial-dos-imbores.html>



Modernas instalações da Lavisa em 1978 (foto: João Silva- Publifoto)

A Lavisa foi inaugurada em 1978

A “Laticínio Vitória da Conquista S/A” (Lavisa) surgiu da iniciativa de José Oliveira Lima, gerente do Banco do Brasil, conhecido simplesmente como “Seu Lima”, que dizia que já havia financiado o café de Conquista e que agora era a vez do leite. E a idéia foi patrocinar o surgimento da Lavisa da seguinte forma: o cliente do Banco do Brasil que pretendia fazer um financiamento ele aconselhava a tomar mais 10% do valor do empréstimo para constituir o capital de ingresso da Lavisa. Assim, quase 400 clientes se tornaram associados da Lavisa (associados porque a empresa, apesar de ser uma Sociedade Anônima tinha espírito cooperativista). Constituíram, então, a primeira diretoria administrativa, composta pelos seguintes investidores: Dr. Fernando Dantas Alves, Pedro Bittencourt Ferraz, Haroldo Gusmão e Orlando da Silva Leite. Esta diretoria adquiriu, no Distrito Industrial dos Imborés, uma grande área para a construção do prédio e instalação dos equipamentos; faltava apenas o acabamento e a instalação.



A diretoria que fez a Lavisa funcionar: Hélio Ribeiro (discursando na solenidade de inauguração e fazendo um histórico das finalidades da Lavisa), José Silvio Bulhões (de braços para trás), Pedro Bittencourt Ferraz (com a mão no queixo) e Altamirando (Iran) Gusmão Cunha (de braços cruzados). Na extrema direita o Bispo Diocesano Dom Climério de Almeida Andrade

Como “Seu Lima” não tinha como conseguir novos investidores, a Lavisa ficou estagnada cerca de cinco anos, por falta de novos capitais. Foi convocada, então, uma Assembléia Geral Extraordinária, onde os diretores informaram que, para viabilizar a conclusão e funcionamento da Lavisa era necessário que se entregasse a um grupo, a fim de investir novos recursos e colocar a empresa para funcionar. E esse grupo foi formado com a seguinte diretoria administrativa: Hélio Ribeiro Santos (diretor-presidente), Altamirando Gusmão Cunha (diretor vice-presidente e o maior de todos os investidores), José Silvio Bulhões (diretor industrial) e Pedro Bittencourt Ferraz (diretor comercial). Aí houve a inauguração no dia 21 de setembro de 1978, com solenidade religiosa oficiada pelo Bispo Diocesano D. Climério Andrade. Os *pro-labores* desses quatro diretores, no início, eram simbólicos, representando hoje cerca de dois salários mínimos. Tal era o desprendimento da diretoria em prol do sucesso da Lavisa



Grande parte dos associados da Lavisa foram prestigiar a inauguração do novo empreendimento do Distrito Industrial dos Imborés. Entre estes podem ser citados: o ex-prefeito Orlando da Silva Leite (de casaco escuro no centro), o empresário Renato Vaz Rebouças (ao seu lado de óculos e braços cruzados), entre outros grandes empreendedores

A empresa dispunha de moderna aparelhagem para o beneficiamento do leite, fabricação de queijos, manteiga e outros derivados do leite. Contava com 31 funcionários e 400 acionistas. Apesar disso, encontrava grandes dificuldades, como a concorrência dos próprios acionistas que eram produtores de gado leiteiro e que forneciam leite *in natura* às residências de Conquista. Em função disso chegou a ficar com 20 toneladas de queijo tipo prato estocadas, provocando, durante os primeiros seis meses de funcionamento, problemas de caixa na empresa, até que o diretor Hélio Ribeiro visitou o Supermercado Paes Mendonça em Salvador e conseguiu vender todo aquele estoque. Em 1979 a população começou a optar pelo leite pasteurizado e comprar cada vez mais o “leite em saco” da Lavisa. Assim a empresa conheceu um período de relativo sucesso, adquirindo novos equipamentos, veículos e pavimentando a área externa da fábrica. Passou também a vender leite resfriado para a Alimba.



O primeiro balde de leite derramado nas máquinas da Lavisa foi de iniciativa do gerente do Banco do Brasil, José Oliveira Lima ("Seu Lima", o grande incentivador da implantação daquela indústria), auxiliado pelo representante do Governo do Estado, Dr. Armando Carneiro, sob os olhares de Hélio Ribeiro, Pedro Bittencourt Ferraz e Iran Gusmão

O diretor da Alimba, Willy Otto Jordan, em visita à Lavisa em Conquista, ficou impressionado com o que viu e fez uma proposta de compra da empresa. Para preservar o interesse da maioria, a própria diretoria adquiriu em torno de 70% do capital da empresa, pois todos os associados foram informados que o valor das suas ações seria corrigido pela inflação e aplicado sobre ele um ganho de 100%. A grande maioria vendeu e no dia 31 de outubro de 1985 a Alimba adquiriu o controle acionário da Lavisa até a mesma ser comprada pela Parmalat e fechada. Assim foi a história da maior empresa de beneficiamento de leite de Vitória da Conquista.

Postado por LUIS FERNANDES às 18:56

ANEXO 3 – MATÉRIA SOBRE AS PRIMEIRAS INDÚSTRIAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA.

Primeira indústria foi uma cerâmica



Algumas indústrias surgiram na Pça. da Piedade, hoje Nove de Novembro



Conquista exportava sapatos para toda a região

A primeira indústria de Vitória da Conquista surgiu quando esta ainda era Arraial da Conquista. Foi uma Cerâmica, no lugar conhecido como Batalha, onde os oleiros fabricavam telhas, tijolos etc. A única indústria que progrediu nas primeiras décadas deste século, no entanto, foi a de fabricação de calçados, selas e outras artefatos de couro, que eram produzidos em quantidade para exportação.

O Distrito Industrial dos Imborés só seria implantado em 1972, localizado a cinco quilômetros do centro da cidade, numa área de 499 hectares (499.000 m²), teve um custo de implantação estimado na época, em 169 milhões de cruzeiros. Funcionando com apenas duas indústrias instaladas, hoje conta com 22 fábricas em pleno funcionamento.

A primeira indústria a se instalar no Distrito Industrial dos Imborés foi a fábrica de sabão Teiú, do grupo Marinho de Andrade, que está lá até hoje.

Apesar de estar situado num ponto estratégico, cortado pela rodovia BR-116, o Pólo Industrial de Conquista não consegue superar as deficiências de estrutura que o coloca entre os últimos distritos industriais da Bahia. Não existem indústrias de grande porte, capaz de promoverem o incremento da indústria local ou de incentivar outros empresários do Sul do País a investir na região, como ocorre em Feira de Santana.

Entretanto, o Distrito Industrial dos Imborés é o que tem menos expressão no cenário da indústria estadual. Todos os demais pólos da Bahia têm uma expressiva participação na arrecadação fiscal do Estado.

O Pólo Industrial de Conquista foi montado no período em que o Brasil se encontrava no chamado "Milagre Econômico" (1968/1973)- uma estratégia de expansão industrial que levou o País a um clima de "euforia desenvolvimentista".

Os Governos Federais do período de 64 a 74 criaram programas para o desenvolvimento do Nordeste. E onde Vitória da Conquista se situava nestes projetos? Basta dizer que o Município está incluindo no chamado Polígono das Secas no Programa da SUDENE. Entretanto, nem mesmo pela opção capitalista, o setor industrial, em Conquista, se estruturou. O fracasso se deve a vários motivos, com destaque para a mentalidade empresarial do conquistense.



Veículo utilizado para transporte de artefatos de couro

Outra grande deficiência apontada pelos próprios industriais seria a falta de um projeto de industrialização para Conquista. Isso porque até hoje não houve uma política econômica voltada para esse setor, o que tem emperrado o seu crescimento.

Entretanto, todo um conjunto de possibilidades e favorecimentos para o seu desenvolvimento existe, co-mo por exemplo, a polarização da cidade em torno de um cinturão agrícola, de uma bacia leiteira e pecuária e de um imensa área mineradora, capaz de fornecer matéria-prima em abundância para qualquer tipo de indústria, bem como um sistema viário à disposição do Distrito Industrial. Praticamente "Portão de Entrada para o Nordeste Brasileiro", liga-se com Salvador, Rio e São Paulo pela Br-116 e pelas BRS 415 e 262, com Ilhéus, num percurso de 275 Km, atinge o Porto de Malhado e com Brumado, numa distância de 144 Km alcança a linha ferroviária da RFFSA. No distrito, os setores predominantes são os de metalurgia, cerâmica, fertilizantes e bebidas. Pelo seu espaço (quase 500 hectares) o distrito tem condições de abrigar mais de 100 indústrias. Mas, ao contrário, o Centro Industrial não evoluiu desde sua criação, tendo inclusive fechado grandes

empresas - a SUIISA (Matadouro Frigoríficos de Suínos), que voltou a funcionar e a TRANSMINE (Transportes de Minérios), que não existe mais.

Como a principal indústria do passado era as de fabricação de calçados e demais artefatos de couro, era grande também na cidade o número de sapatarias, destacando as seguintes: "Sapataria de José Gomes", Selaria e Sapataria de Eurípedes Galvão", "Sapataria Vitória", de João dos Santos Lima, a "Sapataria São Crispim" " São Crispiniano", de Fernando Ferreira de Matos, por volta dos anos 30 era uma das maiores do interior da Bahia.

Fonte: http://blogdopaulonunes.com/noticias_especificas2008a/20080308_noticia_08.htm

ANEXO 4 – MATÉRIA: O CAFÉ FOI IMPLANTADO EM CONQUISTA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1970.

domingo, 5 de dezembro de 2010

Café Baía



A Indústria e Comércio de Café Conquistense ficava na Rua Régis Pacheco (próximo a "Cabral & Souza"). Até hoje existe no local a "chaminé" da fábrica, semelhante às das indústrias "Matarazzo" abandonadas no centro de São Paulo

Café foi implantado em Conquista no início da década de 70

A história do café em Vitória da Conquista começou no início da década de 70, quando o Programa Nacional de Recuperação e Renovação dos Cafezais (PRRC) incentivou o plantio de café na região. Em 1972 Vitória da Conquista foi contemplada pelo Plano do Governo do General Médici. O objetivo era ampliar a área semeada de café, produto bastante valorizado nesse período. Foram oferecidos subsídios aos interessados em abrir cafezais. Segundo reportagem em Caderno Especial do "Jornal da Bahia", edição de 30 de agosto de 1975, "foi em 1970/1971 que os técnicos paulistas Ângelo Paes de Camargo (Climatologista), Adolpho Chebabi (Implantação de Culturas) e Alfredo Kupper (Solos), enviados pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café - *grifos nossos*), delimitaram no 'Planalto de Conquista' uma área de 300 mil hectares, apta para o café, em bases de moderna tecnologia agrícola". O texto de Hélio Duque ainda destacava o seguinte: "O grande problema é que a região não possuía tradição cafeeira e o zoneamento inicialmente foi encarado com grande dose de ceticismo por muitas pessoas. Foi nessa hora que homens de valor de Vitória da Conquista (notadamente Ubirajara Fernandes, presidente da Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense, e Jadiel Matos, médico e cafeeiro, além de prefeito) partiram para uma 'conscientização' no município sobre o valor da lavoura cafeeira". Por fim a matéria destaca os primeiros números da cafeeiro cultura conquistense: "O plantio em 1971/72 foi de apenas 21.250 pés em Vitória da Conquista. Atualmente (1975), três anos depois, a área já tem 12 milhões de pés", concluiu o texto.



O depósito do "Café Baía" ficava no bairro Departamento

Em 1975 já existia o beneficiamento do café produzido na região. A "Indústria e Comércio de Café Conquistense", instalada no dia 22 de janeiro de 1969, na Avenida Régis Pacheco, era uma empresa de torrefação de café, proprietária da marca "Café Baía". Seus proprietários eram os cafeicultores e irmãos Gilberto Correia Leite, Everardes Correia Leite e D. Maria Madalena Correia Gonçalves.

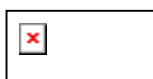
http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/2010/12/historia-do-cafe-em-conquista_05.html

ANEXO 5 – MATÉRIA: SAPATARIAS DO PASSADO

Terça-feira, 9 de novembro de 2010

Sapatarias do passado

Visualizações deste post:



Entre os sapateiros famosos que estão nesta foto destaque para "Moreno" (o 5º da direita para a esquerda)

Como a principal indústria do passado de Vitória da Conquista era as de fabricação de calçados e demais artefatos de couro, era grande também na cidade o número de sapatarias, destacando-se as seguintes: "Sapataria de José Gomes" (instalada na Rua Cel. Gugé, na esquina, onde está o prédio residencial dos herdeiros de Vivaldo Mendes), "Selaria e Sapataria de Eurípedes Galvão" e de "Agenor de Andrade Brasil" (estas instaladas na Travessa do Comércio - atual Alameda Ramiro Santos), "Sapataria Vitória" (de João dos Santos Lima, que ficava na Rua Monsenhor Olímpio), "Sapataria São Crispim e São Crispiniano" (do sergipano Fernando Ferreira de Matos - por volta dos anos 30 era uma das maiores do interior da Bahia, situada na atual Praça da Bandeira), "Sapataria de Manoel Cândido da Silveira" (situada na antiga Praça 15 de Novembro - atual Praça Barão do Rio Branco, esquina com a Travessa Lima Guerra - hoje Alameda Lima Guerra, onde atualmente funciona o "Banco Mercantil do Brasil"), "Selaria e Sapataria de Eurípedes Galvão" (que ficava na antiga "Rua do Comércio" - hoje Alameda Ramiro Santos), "Sapataria Pereira" (de José Pereira de Oliveira, aprendiz de João Lima, seu cunhado, da "Sapataria Vitória"; a oficina estava instalada na Rua do Triunfo e a loja e *show room* no sobrado de sua propriedade na entrada da rua Laudicéia Gusmão) e a mais famosa de todas "Sapataria Conquista" (a da foto).

As pequenas fábricas de artefatos de couro foram desaparecendo nesta cidade com o tempo, à medida que os nordestinos (principalmente pernambucanos e paraibanos) foram abrindo lojas de calçados no comércio de Conquista.

SAPATEIRO "ENCOMENDADO"

Comendador "Moreno Sapateiro"

O sapateiro é um profissional que conserta, fabrica, e faz diversos trabalhos na área de calçados. Na sua grande maioria a matéria-prima é o couro, que é utilizado para confeccionar ou consertar os calçados. O ofício de sapateiro é muito antigo e, por muito tempo, os sapateiros continuaram trabalhando de forma artesanal. Em Vitória da Conquista um deles se sobressaiu: Ariosvaldo Cardoso dos Santos, popularmente conhecido como "Moreno", um dos mais antigos sapateiros de Vitória da Conquista, que morreu em agosto de 2007 com mais de 80 anos de idade. Em sua casa gostava de exibir a medalha de "comendador" que recebera em Brasília e as fotos de sua fazenda (com cachoeira) na região da mata.

<http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/2010/11/sapatarias-do-passado.html>

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA REALIZADA COM GERENTE REGIONAL DA SUDIC DE VITÓRIA DA CONQUISTA O SR. HERNANI GALDINO E O SUBGERENTE SR. LAFAYETTE DAVID DE FREITAS JR. EM 14/10/2011.

PERGUNTAS:

1. Qual a atual situação da infraestrutura do Distrito Industrial dos Imborés?
2. Quais as necessidades mais urgentes?
3. Quantas empresas existem instaladas na presente data no DII?
4. As empresas instaladas no local fornecem algum tipo de informação a SUDIC?
5. As empresas instaladas no DII tem qualquer tipo de relação comercial ou de dependência de qualquer natureza?
6. Quais as queixas mais recorrentes entre os empresários locais?
7. O que é necessário para que uma empresa se instale no DII?
8. Além do valor reduzido do terreno, existe algum incentivo para as empresas que vierem a se instalar no local?
9. Existe alguma estratégia por parte da SUDIC para atrair empresas para o DII?
10. Quais seriam os pontos fortes e os pontos fracos do DII?

APÊNDICE 2 – ENTREVISTA REALIZADA COM EMPRESARIADO LOCAL (DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS).

PERGUNTAS:

1. Qual a atual situação da infraestrutura do Distrito Industrial dos Imborés?
2. Na sua opinião, quais as necessidades mais urgentes?
3. A sua empresa pertence a alguma associação da categoria das indústrias?
4. Existe alguma relação de troca de alguma natureza (comercial, informações ou tecnológica) entre as empresas do distrito industrial?
5. Quais as queixas têm a fazer sobre o Distrito?
6. Quais as vantagens para sua empresa estar instalada no Distrito?
7. Encontrou dificuldades ao tentar se instalar no Distrito? Quais?
8. Quais seriam os pontos fortes e os pontos fracos do DII?